

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE FELIXLÂNDIA-MG

Contrato de Gestão nº 14/ANA/2010

Ato Convocatório nº 23/2016

Contrato nº 13/2017

Produto 1 – Plano de Trabalho, Programa de Mobilização
Social e Programa de Comunicação do PMSB



Outubro/2017



**ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE
FELIXLÂNDIA-MG**

Produto 1 – Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de
Comunicação do PMSB

Contrato de Gestão nº 14/ANA/2010

Ato Convocatório nº 23/2016

Contrato nº 13/2017

Outubro/2017

Apoio Institucional



Apoio Técnico



AGÊNCIA
peixe vivo

Execução



PROBRAS

Realização



Elaboração e Execução

PRO BRAS Empreendimentos Sustentáveis LTDA

Carlos Roberto de Freitas Borges – Diretor Geral

Ricardo de Medeiros Moreira – Diretor Técnico

Equipe Técnica

Ricardo de Medeiros Moreira – Engenheiro Coordenador Geral do Projeto

Vera Christina Vaz Lanza – Engenheira Especialista em Resíduos Sólidos Urbanos

Leonardo Miranda Laborne Mattioli – Engenheiro Especialista em Abastecimento de
Água e Esgotamento Sanitário

Marle José Ferrari Júnior – Engenheiro Especialista em Drenagem e Manejo das
Águas Pluviais

Carlos Roberto de Freitas Borges – Administrador Especialista dos Aspectos
Econômico-Financeiros

Rômulo Ferreira Lima – Advogado Especialista em Trabalhos de Elaboração de
Planos de Saneamento

Rosilene Ferreira Lima – Engenheira Especialista em Mobilização na área de
Saneamento Básico

Geraldo de Souza Morais – Engenheiro Especialista em Geoprocessamento

Equipe de Apoio

Fernanda Aparecida Ribeiro Braga – Profissional na Área de Comunicação

Emiliane Gomes Tragino – Analista Ambiental

Rosária Gomes da Silva – Profissional da Área de Letras

Humberto de Paula Cunha – Analista Ambiental

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



Agência Peixe Vivo

Célia Maria Brandão Fróes – Diretora Geral

Ana Cristina da Silveira – Diretora de Integração

Alberto Simon Schvartzman – Diretor Técnico

Berenice Coutinho Malheiros dos Santos – Diretora de Administração e Finanças

Jacqueline Evangelista Fonseca – Assessora Técnica

Patrícia Sena Coelho Cajueiro – Assessora Técnica

Thiago Batista Campos – Assessor Técnico

Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Anivaldo de Miranda Pinto – Presidente

José Maciel Nunes Oliveira – Vice-Presidente

Lessandro Gabriel da Costa – Secretário

Sílvia Freedman Ruas Durães – Coordenadora CCR Alto São Francisco

Ednaldo de Castro Campos – Coordenador CCR Médio São Francisco

Julianeli Tolentino de Lima – Coordenador CCR Sub Médio SF

Honey Gama Oliveira – Coordenador CCR Baixo São Francisco

Prefeitura Municipal

Vanderli de Carvalho Barbosa – Prefeito

Conceição de Fátima Bernadino Leite – Vice-Prefeita

Grupo de Trabalho

Vandence de Carvalho Barbosa – Representante do Departamento Municipal de Educação

Adriano Alves Ribeiro – Representante da Prestadora dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgoto

William Costa Pereira – Representante da Prestadora de Serviço de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

Apoio Institucional



Apoio Técnico



AGÊNCIA
peixe vivo

Execução



PROBRAS

Realização



Isadora Ferreira dos Santos – Representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente

Gino Pinto – Representante da Câmara Municipal de Vereadores

Milton Geraldo da Silva – Representante do Departamento Municipal de Saúde

Paulo Grasiane Gonçalves Moreira – Representante do Departamento de Obras

Wesley Henrique de Souza Lima – Chefe do Setor de Cadastro

Viviane Souza Teixeira – Representante do Departamento de Ação Social

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



Revisão	Data	Descrição Base	Ass. do Autor.	Ass. do Superv.	Ass. de Aprov.

Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Felixlândia

Produto 1 – Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB

Elaborado por:
PRO BRAS Empreendimentos
Sustentáveis LTDA EPP

Supervisionado por:
Ricardo de Medeiros Moreira

Aprovado por:
Ricardo de Medeiros Moreira

Revisão	Finalidade	Data
	3	11/10/2017

Legenda Finalidade: [1] Para Informação [2] Para Comentário [3] Para Aprovação



PRO BRAS Empreendimentos Sustentáveis
Rua Timbiras, nº 1940, salas 1702 e 1703, Bairro: Lourdes –
Belo Horizonte – MG / CEP: 30.140-061
Tel: (31) 2510 - 9531

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



APRESENTAÇÃO DO TRABALHO CONTRATADO

Contratante: **Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo – Agência Peixe Vivo**

Contratada: **PRO BRAS EMPREENDEIMENTOS SUSTENTÁVEIS LTDA. – EPP.**

Contrato: **Nº 13/2017**

Assinatura do Contrato em: **28 de junho de 2017.**

Vigência: 12 meses, sendo **10 meses** para a execução dos serviços, a partir da data da emissão da Ordem de Serviço.

Objeto: Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de **Felixlândia/MG**, Piedade dos Gerais/MG, Piracema/MG, São José da Lapa/MG e Serra da Saudade/MG.

Emissão da ordem de serviço: **05 de julho de 2017.**

Valor global do contrato: **R\$ 575.000,00** (quinhentos e setenta e cinco mil reais).

PRODUTOS ESPERADOS:

Produto 1 – Plano de trabalho: Este documento será constituído por: Plano de Trabalho, Plano de Mobilização e Plano de Comunicação Social, além de detalhar todas as ações, as etapas e atividades, em consonância com o cronograma, prazos, procedimentos técnicos e metodológicos; equipamentos, dados, produtos, etc.

Produto 2 – Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico: Elaboração do diagnóstico completo no enfoque técnico, paralelamente ao diagnóstico participativo com levantamento das percepções sociais sobre as condições dos 4 (quatro) eixos do Saneamento Básico: Abastecimento de Água Potável; Esgotamento Sanitário; Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos e Drenagem de Águas Pluviais, bem como as condições de salubridade ambiental.

Produto 3 – Prognóstico, Programas, Projetos e Ações: Elaboração das perspectivas estratégicas compatíveis com as aspirações sociais, associada com as definições técnicas, compostas das características econômico-sociais do município para alcançar os objetivos, diretrizes e metas definidas para o PMSB, bem como o

Apoio Institucional



Apoio Técnico



AGÊNCIA
peixe vivo

Execução



PROBRAS

Realização



detalhamento das medidas a serem tomadas para a estruturação de programas, projetos e ações específicas para cada eixo do setor de saneamento, hierarquizados de acordo com os anseios da população e conforme a viabilidade técnica.

Produto 4 – Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB; e Ações para Emergências e Contingências: É a metodologia para a avaliação da eficácia, eficiência e efetividade das ações que traduzam a evolução e melhoria das condições de vida da população e como agir nos casos de ocorrências previstas e imprevistas para os 4 (quatro) eixos do Saneamento Básico, abordando todas as ações necessárias para eliminar os possíveis impactos no meio agredido.

Produto 5 – Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informação Municipal de Saneamento Básico: Composto do sistema de informação concebido e desenvolvido no processo de formatação do PMSB, dando condições de avaliação do conjunto dos indicadores inicialmente propostos, e contendo indicadores de fácil obtenção, apuração e compreensão contemplando os critérios analíticos de eficácia, eficiência e efetividade da prestação dos serviços de saneamento básico.

Produto 6 – Relatório Final do PMSB: Síntese dos produtos elaborados, contendo uma linguagem acessível, abrangente e independente para entendimento, transformando-se na implementação da legislação municipal sobre o saneamento básico.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	XII
LISTA DE QUADROS	XIV
LISTA DE NOMENCLATURAS E SIGLAS	XV
1 APRESENTAÇÃO	16
2 INTRODUÇÃO	17
3 CONTEXTUALIZAÇÃO	19
3.1 Os Comitês estaduais e suas respectivas áreas de atuação	28
3.1.1 O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba (UPGRH-SF3)	31
3.1.2 O Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno da Represa de Três Marias (UPGRH-SF4)	32
4 JUSTIFICATIVA	33
5 OBJETIVO	35
5.1 Objetivo Específico - Produto 1 Plano de Trabalho	37
5.1.1 Plano de Trabalho	37
5.1.2 Plano de Mobilização e Comunicação Social do PMSB	37
6 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	38
6.1 Localização:	38
6.2 População:	39
6.3 Acesso:	39
6.4 Distâncias:	40
6.5 Bacia hidrográfica	40
6.6 Sistemas de Saneamento Básico	41
6.6.1 Sistema de Abastecimento de Água de Felixlândia	41
6.6.2 Sistema de Esgotamento Sanitário de Felixlândia	43
6.6.3 Sistema de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos de Felixlândia ..	43
6.6.4 Sistema de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas de Felixlândia ..	43
6.7 Distritos e Comunidades Rurais	44

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



7 METODOLOGIA	45
7.1 Finalidade.....	47
7.2 Produtos e Prazos	48
7.2.1 Produto 2 – Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico	51
7.2.1.1 <i>Caracterização geral do município e situação institucional</i>	<i>52</i>
7.2.1.2 <i>Situação dos setores dos serviços de saneamento básico</i>	<i>52</i>
7.2.2 Produto 3 – Prognóstico, Programas, Projetos e Ações.....	53
7.2.3 Produto 4 – Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB; e Ações para Emergências e Contingências.....	54
7.2.4 Produto 5 – Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico.....	55
7.2.5 Produto 6 – Relatório Final do PMSB.....	56
7.3 Competências e responsabilidades	57
7.3.1 Compete a Agência Peixe Vivo	57
7.3.2 Compete ao CBHSF.....	57
7.3.3 Compete ao Município:.....	57
7.3.4 Compete a PRO BRAS	58
7.4 Mecanismos para a divulgação.....	59
8 PLANO DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL	61
8.1 Objetivo	63
8.2 Recursos utilizados	64
8.3 Ações e Atividades Propostas	75
8.3.1 Solenidade de Assinatura do Termo de Compromisso	77
8.3.2 Reunião para a Divulgação do PMSB e Apresentação do Plano Trabalho	78
8.3.2.1 <i>Reuniões por setores</i>	<i>81</i>
8.3.3 Reunião de divulgação do Diagnóstico	83
8.3.4 Audiência pública de apresentação do Diagnóstico	85
8.3.5 Reunião de divulgação do Prognóstico	86
8.3.6 Audiência pública de apresentação do Prognóstico.....	87
8.3.7 Solenidade de entrega do Plano Municipal de Saneamento Básico	88

8.4 Cronograma	91
9 CONCLUSÃO.	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
ANEXO I – <i>CHECKLIST</i>	99
ANEXO II – DECRETO Nº 39/2017 - FORMAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO.	105
ANEXO III – TERMO DE COMPROMISSO	107
ANEXO IV – LISTA DE PRESENÇA SOLENIDADE DE ASSINATURA DO TERMO DE COMPROMISSO.....	111
ANEXO V – ATA DA SOLENIDADE DE ASSINATURA DO TERMO DE COMPROMISSO.....	113
ANEXO VI - REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DO PMSB.....	115

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco	19
Figura 2: Divisão territorial da Bacia do Rio São Francisco	20
Figura 3: Organograma do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.....	21
Figura 4: Organograma da Agência Peixe Vivo	23
Figura 5: Bacias hidrográficas do estado de Minas Gerais com cobrança pelo uso de recursos hídricos	25
Figura 6: Valores pelo uso dos recursos hídricos.....	26
Figura 7: UPGRHs de Minas Gerais	30
Figura 8: Localização do Município de Felixlândia – MG	39
Figura 9: Acesso a Felixlândia	40
Figura 10: Sistema de abastecimento de água.	42
Figura 11: Localização das comunidades rurais	44
Figura 12: Fluxograma das etapas dos produtos	46
Figura 13: Equipamentos a serem utilizados.....	47
Figura 14: Fatores facilitadores e dificultadores	50
Figura 15: Foco de atuação do Plano de Mobilização e Comunicação Social.	62
Figura 16: Modelo de faixa de divulgação	66
Figura 17: Exemplos de Faixas fixadas nos municípios durante a elaboração do PBMS	66
Figura 18: Modelo de Cartaz	67
Figura 19: Modelo de <i>folder</i>	68
Figura 20: Convite da reunião de Assinatura do Termo de Compromisso	69
Figura 21: Modelo de <i>Stand</i> para participação em eventos municipais	70
Figura 22: Modelo de <i>spot</i> a ser transmitida pela rádio.....	70
Figura 23: Modelos de mídias digitais	71
Figura 24: Modelo de rede social – <i>Facebook</i>	72
Figura 25: Modelo de questionário para levantamento de dados - Frente	73
Figura 26: Modelo de questionário para levantamento de dados– Verso	74
Figura 27: Fluxograma das Atividades Técnicas e de Mobilização Social	76
Figura 28: Fotos da Reunião de Assinatura do Termo de Compromisso	78
Figura 29: Reunião inicial com GT-PMSB de Felixlândia	79
Figura 30: Convite para a reunião de apresentação do Plano de Trabalho	80



Figura 31: Modelo de formulário para o diagnóstico – Parte 1	82
Figura 32: Modelo de formulário para o diagnóstico – Parte 2.....	83
Figura 33: Modelo de formulário para o prognóstico - Parte 1	84
Figura 34: Modelo de formulário para o prognóstico - Parte 2	85
Figura 35: Plano Municipal de Saneamento Básico e Política Municipal de Saneamento Básico	89

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



LISTA DE QUADROS E TABELA

Quadro 1: Relação de Equipamentos	47
Quadro 2: Produtos e Prazos de Execução e Entrega.....	49
Quadro 3: Responsabilidade da Equipe Técnica	59
Quadro 4: Recursos utilizados na divulgação do lançamento do PMSB.....	81
Quadro 5: Recursos a serem utilizados na audiência de Diagnóstico.....	86
Quadro 6: Recursos a serem utilizados na audiência do Prognóstico	88
Quadro 7: Recursos a serem utilizados na solenidade final.....	90
Tabela 1: Cronograma das atividades.....	92

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



LISTA DE NOMENCLATURAS E SIGLAS

Agência Peixe Vivo – Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo

ANA – Agência Nacional de Águas

CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco

CCRs – Câmaras Consultivas Regionais

CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos

CTs – Câmaras Técnicas

DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

FUNASA – Fundo Nacional da Saúde

GT – PMSB – Grupo de Trabalho do Plano Municipal de Saneamento Básico

IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas

PAP – Plano de Aplicação Plurianual

PMCS – Plano de Mobilização e Comunicação Social

PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico

PPA – Plano Plurianual

PSF – Programa Saúde da Família

SINGREH – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

SINISA – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

SAA – Sistema de Abastecimento de Água

TR – Termo de Referência

UPGRH – Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



1 APRESENTAÇÃO

Este documento corresponde ao Plano de Trabalho (Produto 1) do Plano Municipal de Saneamento Básico de Felixlândia, em conformidade com o Contrato nº. 013/2017 firmado entre a Agência Peixe Vivo e a empresa PRO BRAS Empreendimentos Sustentáveis LTDA EPP.

O PMSB é seguido conforme rege a Lei Federal Nº 11.445/07 que trata Política Nacional de Saneamento Básico.

Para a elaboração do presente Plano de Trabalho, será utilizado o Termo de Referência do Ato Convocatório nº 23/2016, fundamentado no “Guia para a Elaboração de Planos Municipais de Saneamento” / Item 4 – Planejamento Participativo e o Plano de Saneamento (Ministério das Cidades / 2011), e no “Termo de Referência para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico” da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA, 2012), além de contar com a participação social nas discussões sobre os problemas e soluções locais, relacionados aos quatro pilares do saneamento básico:

- Abastecimento de água;
- Esgotamento sanitário;
- Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
- Drenagem de águas pluviais.

O PMSB visa estabelecer planejamento e ações para a melhoria da salubridade ambiental, à proteção dos recursos hídricos e à promoção da saúde pública. O presente Plano de Trabalho é apresentado ao Grupo de Trabalho (GT-PMSB), Agência Peixe Vivo e a Prefeitura Municipal de Felixlândia, com a descrição das atividades referentes ao desenvolvimento das ações.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



2 INTRODUÇÃO

A Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e seu Decreto de Regulamentação nº 7.217, de 21 de junho de 2010, definem as diretrizes nacionais e estabelecem a Política Nacional de Saneamento Básico. Um dos princípios fundamentais dessa Lei é a universalização dos serviços de saneamento básico, para que todos tenham acesso ao abastecimento de água, à coleta e tratamento adequados do esgoto e dos resíduos sólidos, e ao manejo correto das águas pluviais.

O PMSB é um dos instrumentos da **Política de Saneamento Básico** do município. Essa Política deve ordenar os serviços públicos de saneamento considerando as funções de gestão para a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, o **controle social**, e o sistema de informações conforme o Decreto 7.217/2010:

Art. 23 do Decreto nº 7.217/2010:

O titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto:

*I - elaborar os planos de saneamento básico, observada a cooperação das associações representativas de vários segmentos da sociedade (conforme previsto no art. 2º, inciso II, da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001) e da **ampla participação da população**;*

Dessa forma, recomenda-se que os titulares dos serviços públicos de saneamento formulem sua Política Municipal de Saneamento Básico concomitantemente à elaboração do PMSB.

O saneamento básico pode ser entendido como o conjunto dos serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais e drenagem urbana.

PMSB é o instrumento que integra a política pública de saneamento que deverá ser utilizado nas decisões sobre a forma como o serviço será prestado, orientará a própria prestação do serviço e, por fim, condicionará a ação das entidades reguladoras e fiscalizadoras voltadas ao cumprimento de suas diretrizes.

Considerado um instrumento de planejamento que auxilia o município a identificar os problemas do setor, providenciar melhoria dos serviços, estudar alternativas de solução, bem como estabelecer objetivos e investimentos necessários aos serviços de saneamento, o PMSB é, acima de tudo, um plano de metas, as quais, uma vez

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



atingidas, elevarão o município da condição em que se encontra, em termos de saneamento básico, a uma condição pretendida ou próxima dela.

Sendo um objeto de planejamento, o PMSB de Felixlândia deve estar em consonância com os Planos Diretores, objetivos e diretrizes dos planos plurianuais (PPA), planos de recursos hídricos, planos de resíduos sólidos, legislação ambiental, legislação de saúde e educação e deve ser compatível e integrado com todas as demais políticas públicas, planos e disciplinamentos do município relacionados ao gerenciamento do espaço urbano.

Deve ser assegurada a efetiva participação da população em todas as fases da elaboração do PMSB, prevendo o envolvimento da sociedade, inclusive durante a aprovação, execução, avaliação e revisão – a cada quatro anos – do PMSB.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



3 CONTEXTUALIZAÇÃO

A bacia hidrográfica do rio São Francisco possui grande influência e potencial hídrico para o Brasil, abrangendo 639.219 km² de área de drenagem com extensão de 2.700 km desde sua nascente na Serra da Canastra no estado de Minas Gerais até sua foz no Oceano Atlântico, na divisa entre os estados de Alagoas e Sergipe. A Bacia envolve sete unidades de federação: Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e Distrito Federal e cerca de 507 municípios, apresentados na Figura 1.

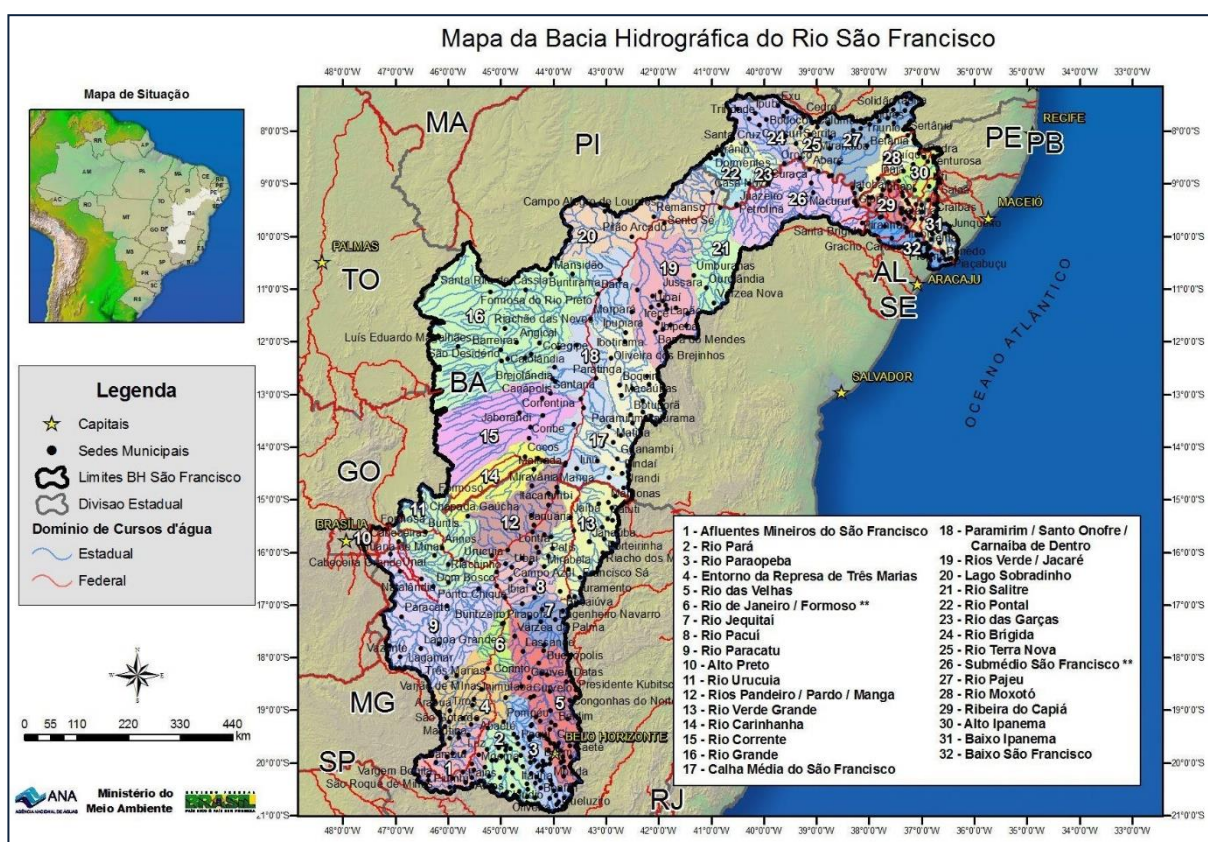


Figura 1: Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Fonte: CBHSF, 2017.

A grande dimensão territorial da bacia do rio São Francisco, estimada em 639.217 km², motivou a sua divisão por regiões, compreendendo o Alto São Francisco, Baixo São Francisco, Médio São Francisco e Submédio São Francisco, conforme Figura 2. A formação da bacia é feita de acordo com o sentido do curso do rio e com a variação de altitudes.



Figura 2: Divisão territorial da Bacia do Rio São Francisco

Fonte: CBHSF, 2017.

Na bacia, a significativa diversidade ambiental contempla fragmentos de diferentes biomas: floresta atlântica, cerrado, caatinga, costeiros e insulares. Estima-se que a ação antrópica já atingia, em 1985, 24,8% da área da bacia. O clima apresenta uma variabilidade associada à transição do úmido para o árido, com temperatura média anual variando de 18 a 27° C, baixo índice de nebulosidade e grande incidência de radiação solar. A pluviosidade apresenta média anual de 1.036 mm, sendo que os mais altos valores de precipitação, da ordem de 1.400 mm, ocorrem nas nascentes do rio e, os mais baixos, cerca de 350 mm, entre Sento Sé e Paulo Afonso, na Bahia.

Devido sua importância, abrangência e diversidade, foi criado por decreto presidencial em 5 de junho de 2001, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF, sendo um órgão colegiado envolvendo Estado e sociedade civil, que tem por finalidade realizar a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da bacia, na perspectiva de proteger os seus mananciais e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável.

Atualmente, o comitê possui 62 membros titulares que atuam para os interesses na gestão dos recursos hídricos da bacia. A constituição desses membros busca a diversidade de representações e interesses, envolvendo Estado e sociedade no Brasil.

As atividades político-institucionais são exercidas, de forma permanente, por uma Diretoria Colegiada, que abrange a Diretoria Executiva (presidente, vice-presidente e secretário) e os coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais – CCRs das quatro regiões fisiográficas da bacia, conforme o organograma é apresentado na Figura 3. Conta também, com Câmaras Técnicas – CTs, compostas por especialistas indicados por membros titulares, que examinam matérias técnico-científico e institucional, subsidiando na tomada de decisões.



Figura 3: Organograma do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Fonte: CBHSF, 2017.

No plano federal, o Comitê é vinculado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, órgão colegiado do Ministério do Meio Ambiente, e se reporta ao órgão responsável pela coordenação da gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos no país, a Agência Nacional de Águas – ANA.

A Deliberação CBHSF nº 47, de 13 de maio de 2010, aprovou a indicação da Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - Agência Peixe Vivo para desempenhar funções de Agência de Água do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e a Deliberação CBHSF nº 49, de 13 de

maio de 2010, aprovou a minuta do Contrato de Gestão entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Agência Peixe Vivo, aprovada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), por meio da Resolução CNRH nº 114, de 10 de junho de 2010.

Portanto, a função de Agência de Água (denominação das Agências de Água definida no Estado de Minas Gerais, de acordo com a Lei Estadual nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999) exercida pela Agência Peixe Vivo, tem como objetivo a execução da Política de Recursos Hídricos deliberada pelos Comitês de Bacia Hidrográfica, no caso da CBHSF, através do Contrato de Gestão nº 14/ANA/2010 celebrado em 30 de junho de 2010, e sua atuação faz parte do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH.

A criação da Agência tem como finalidade o exercício de entidade delegatária, responsável pelo suporte administrativo, técnico e financeiro à gestão dos recursos hídricos das bacias hidrográficas a ela integradas, operando como braço executivo na utilização dos recursos originários da cobrança pelo uso da água, mediante o planejamento, a execução e o acompanhamento de ações, programas, projetos, pesquisas e quaisquer outros procedimentos aprovados, deliberados e determinados por cada Comitê de Bacia ou pelos Conselhos de Recursos Hídricos Estaduais ou Federais.

A Agência Peixe Vivo é uma associação sem fins lucrativos, criada em 15 de setembro de 2006, composta por Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, conforme Figura 4, para prestar suporte aos Comitês estaduais mineiros, CBH Velhas (SF5) e CBH Pará (SF2), além do Comitê federal CBH São Francisco (CBHSF).

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização





Figura 4: Organograma da Agência Peixe Vivo

Fonte: Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo, 2017.

A Agência Peixe Vivo tem por objetivo:

- exercer a função de Secretaria Executiva dos Comitês;
- auxiliar os Comitês de Bacias no processo de decisão e gerenciamento da bacia hidrográfica, avaliando projetos e obras a partir de pareceres técnicos, celebrando convênios e contratando financiamentos e serviços para execução de suas atribuições;
- manter atualizados os dados sócio-ambientais da bacia hidrográfica, em especial as informações relacionadas à disponibilidade dos recursos hídricos de sua área de atuação e o cadastro de usos e de usuários de recursos hídricos; e
- auxiliar a implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos na sua área de atuação, como por exemplo, a cobrança pelo uso da água, plano diretor, sistema de informação e enquadramento dos corpos de água.

Cabe à Agência Peixe Vivo aplicar os recursos financeiros arrecadados com a cobrança para o financiamento de programas, intervenções e ações previstas no Plano de Recursos Hídricos da bacia e conforme as diretrizes estabelecidas no plano de aplicação, ambos aprovados pelo CBHSF.

Compete à Agência Nacional de Águas - ANA, arrecadar e repassar os valores à Agência da bacia.

A Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos é um dos instrumentos de gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433/97, e tem como objetivos:

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



- fornecer ao usuário uma indicação do real valor da água;
- incentivar o uso racional da água; e
- obter recursos financeiros para recuperação das bacias hidrográficas do País.

A Cobrança é um instrumento econômico de gestão das águas que visa o reconhecimento da água como um bem ecológico, social e econômico, o qual fornece ao usuário uma indicação de seu real valor e um incentivo à utilização de forma mais racional desse bem ecológico; por conseguinte, garante o múltiplo uso de tal recurso às atuais e futuras gerações.

No entanto, não é um imposto, mas uma remuneração pelo uso de um bem público, cujo preço é fixado a partir da participação dos usuários da água, da sociedade civil e do poder público no âmbito dos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs, a quem a Legislação Brasileira estabelece a competência de sugerir ao respectivo Conselho de Recursos Hídricos os mecanismos e valores de Cobrança a serem adotados na sua área de atuação. Além disso, a legislação estabelece uma destinação específica para os recursos arrecadados: a recuperação das bacias hidrográficas em que são gerados, como forma de garantir a melhoria da quantidade e da qualidade da água.

A Figura 5 apresenta as bacias do estado de Minas Gerais que instituíram a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



Bacias Estaduais com Cobranças pelo uso de Recursos Hídricos		
Bacia Federal	Bacia Estadual	Entidade Equiparada
Bacia Hidrográfica do Rio Doce	DO1 – Rio Piranga	<u>Instituto BioAtlântica - IBIO</u>
	DO2 – Rio Piracicaba	
	DO3 – Rio Santo Antônio	
	DO4 – Rio Suaçuí	
	DO5 – Rio Manhuaçu	
Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba	PN2 – Rio Araguari	<u>Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari - ABHA</u>
Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	PS1 – Rio Preto e Paraibuna	<u>Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP</u>
	PS2 – Rio Pomba e Muriaé	
Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari	PJ1 – Rios Piracicaba e Jaguari	<u>Instituto Mineiro de Gestão de Águas – IGAM</u>
Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco	SF2 – Rio Pará	<u>Associação Executiva de Apoio a Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo – AGB Peixe Vivo</u>
	SF5 – Rio das Velhas	

Figura 5: Bacias hidrográficas do estado de Minas Gerais com cobrança pelo uso de recursos hídricos

Fonte: IGAM, 2017.

Os valores cobrados e arrecadados no período de 2014 a 2016 encontram-se descritos na Figura 6.

Valores Cobrados e Arrecadados com a Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas no País, em R\$ 1,00										
Baía Hidrográfica	Domínio	Início	2014		2015		2016		Fonte	
			Cobrado	Arrecadado	Cobrado	Arrecadado	Cobrado	Arrecadado		
INTERESTADUAL	Paraíba do Sul (CEIVAP)	União	mar/03	11.647.219	11.524.353	10.748.778	10.665.785	11.001.445	10.740.370	ANA
	Piracicaba, Capivari, Jundiá (Comitês PCJ)	União	jan/06	18.011.553	17.130.429	18.412.699	17.085.087	20.966.594	10.390.029	ANA
	São Francisco (CBHSF)	União	jul/10	22.492.214	23.056.049	23.068.966	22.490.083	22.998.802	20.953.009	ANA
	Doce (CBH-Doce) ¹	União	nov/11	9.817.054	9.729.725	12.577.512	10.699.661	11.041.049	9.188.873	ANA
TOTAL INTERESTADUAL				61.968.040	61.440.556	64.807.955	60.940.615	66.007.890	51.272.280	
MINAS GERAIS	PJ	MG	mar/10	101.608	82.200	116.072	115.454	128.242	131.713	IGAM/MG
	Velhas	MG	mar/10	10.765.745	9.376.429	11.677.470	10.047.348	10.424.829	9.552.392	IGAM/MG
	Araguari	MG	mar/10	5.639.252	5.127.230	4.971.176	4.805.346	5.875.388	5.538.535	IGAM/MG
	Piranga	MG	jan/12	3.220.018	2.999.107	2.983.201	2.906.380	4.321.709	3.928.811	IGAM/MG
	Piracicaba	MG	jan/12	8.474.112	7.927.516	7.707.608	7.781.221	11.522.661	11.699.865	IGAM/MG
	Santo Antônio	MG	jan/12	2.350.481	2.287.857	2.671.844	2.642.314	2.988.277	2.560.954	IGAM/MG
	Suaçuí	MG	jan/12	778.580	670.994	639.283	594.209	964.906	676.589	IGAM/MG
	Caratinga	MG	jan/12	808.794	694.343	986.597	703.729	1.472.633	942.077	IGAM/MG
	Manhuaçu	MG	jan/12	802.841	890.071	874.078	631.095	1.048.552	877.322	IGAM/MG
	Preto/Paraibuna	MG	nov/14			1.388.520	1.074.854	1.519.333	1.211.330	IGAM/MG
Pomba/Muriáé	MG	nov/14			1.344.162	933.342	1.839.363	1.280.105	IGAM/MG	
Total MG				32.941.431	30.055.748	35.360.009	32.235.291	42.105.893	38.399.694	

- 1- Os boletos referentes à cobrança de 2011 na Bacia do Doce foram encaminhados somente em 2012.
 2- A COGERH/CE não possui os valores cobrados e arrecadados por bacia para os anos anteriores a 2008.
 3- Sobre os valores cobrados 2004/2007 e arrecadados 2004/2006, ver Nota Técnica nº 001/2008/DGRH.

Atualizada: jun/2017.

Valores Arrecadados com a Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos do Setor Hidrelétrico no País, em R\$ 1,00										
SETOR	Tipo de Usina	Início	2014		2015		2016		Fonte	
			Cobrado	Arrecadado	Cobrado	Arrecadado	Cobrado	Arrecadado		
HIDRELÉTRICO ¹	UHEs	2001	...	185.527.628	...	185.261.103	...	208.797.581	ANEEL	

1- De acordo com o Decreto nº 7.402/10, a parcela referida no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648/98, constitui cobrança pelo uso de recursos hídricos, prevista no inciso IV do art. 5º da Lei nº 9.433/97, e será destinada ao Ministério do Meio Ambiente para as despesas que constituem obrigações legais referentes à Política Nacional de Recursos Hídricos e ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Atualizada: jun/2017.

Figura 6: Valores pelo uso dos recursos hídricos

Fonte: ANA, 2017.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



A necessidade de melhoria da qualidade de vida, proteção ao meio ambiente e a importância da saúde pública, estão diretamente relacionadas à prestação de serviços de saneamento básico com qualidade, tornando-se indispensável o direcionamento do olhar e das ações do poder público na implementação de uma gestão adequada. Admitindo essa interligação, o estado brasileiro sancionou em 05 de janeiro de 2007 a Lei de Saneamento Básico, Lei Federal nº 11.445/2007, que contempla as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

Esta Lei preconiza a universalização dos serviços de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente, ou seja, todo cidadão tem o direito à água de qualidade e em quantidade suficiente para seu consumo, ao esgoto coletado e tratado, à coleta de resíduos e limpeza urbana e a um sistema de drenagem e manejo das águas pluviais eficientes.

Dentre suas diretrizes, estabelece a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, que visa apresentar as características ambientais, sociais, econômicas, demográficas e, principalmente, a estrutura municipal disponível quanto aos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e drenagem urbana.

O PMSB estabelece as necessidades apresentadas pelo município, através de um estudo técnico-participativo, definindo metas, ações, projetos e programas que devem ser desenvolvidos pela gestão pública ao longo de 20 anos. Ressalta-se que dentro deste período, o PMSB deve ser avaliado, atualizado e adaptado para as novas necessidades, sendo essa revisão no prazo mínimo de 4 em 4 anos.

Visando o retorno financeiro advindo da cobrança do uso das águas, a minimização dos impactos pela extração dos recursos naturais, a possibilidade da melhoria da saúde e qualidade de vida da população, o CBHSF, por meio da Agência Peixe Vivo, lançou atos convocatórios para contratação de empresas especializadas na elaboração de PMSB dos municípios pertencentes a esta bacia.

Objetivando a redução dos impactos ambientais decorrentes da deficiência no saneamento básico, o CBHSF, através da Resolução DIREC/CBHSF nº 42 de 27 de janeiro de 2016, autorizou a Agência Peixe Vivo a iniciar um processo de seleção de

municípios para serem contemplados com a elaboração de seus respectivos PMSBs.

Através do Ofício Circular de Chamamento Público Nº 01/2016, a diretoria colegiada do CBHSF realizou o chamamento público para manifestação de elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico.

Nesta etapa, foram selecionados 42 municípios ao longo de toda a bacia do Rio São Francisco, sendo que os principais critérios de seleção foram: a localização em região crítica, especialmente no que se refere à qualidade dos recursos hídricos; o lançamento do esgoto doméstico diretamente na calha principal do rio ou em seus afluentes; o percentual de domicílios urbanos com sistemas de esgotamento sanitário menor que a média do Estado; entre outros.

Os trabalhos irão priorizar não só a melhoria da qualidade de vida da população, como também a preservação dos recursos hídricos através de ações que evitem o lançamento de esgotos e outros efluentes sem tratamento nas águas do rio.

Os municípios mineiros contemplados foram: **Felixlândia**, Jaíba, Matias Cardoso, Piedade dos Gerais, Piracema, Ponto Chique, São José da Lapa, São Romão, Serra da Saudade, além de outros 33 municípios distribuídos nos estados da Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas.

Em outubro de 2016, a Agência Peixe Vivo lançou o Ato Convocatório nº 23/2016 para instruir a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) dos seguintes municípios: **Felixlândia**, Piedade dos Gerais, Piracema, São José da Lapa e Serra da Saudade.

Em junho de 2017, foi homologado o resultado da contratação de pessoa jurídica especializada para elaboração de planos municipais de saneamento básico, sendo declarada vencedora a PRO BRAS Empreendimentos Sustentáveis LTDA-EPP.

3.1 Os Comitês estaduais e suas respectivas áreas de atuação

Assim como se tem o CBHSF em âmbito Federal, em menor escala foram instituídos comitês de bacias hidrográfica dos rios de domínio do Estado. Os comitês instituídos

no âmbito estadual têm como área de atuação os limites das Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos (UPGRH), estas implementadas pela Deliberação Normativa CERH-MG nº 06, de 04 de outubro de 2002, sendo um comitê para cada UPGRH (Figura 7).

A fração da Bacia hidrográfica do Rio São Francisco que corresponde ao Estado de Minas Gerais foi dividida em 10 UPGRHs, a saber:

- **SF1:** Bacia Hidrográfica do Alto Rio São Francisco.
- **SF2:** Bacia Hidrográfica do Rio Pará.
- **SF3:** Bacia Hidrográfica do Rio Parapeba.
- **SF4:** Bacia Hidrográfica do Entorno da Represa de Três Marias.
- **SF5:** Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.
- **SF6:** Bacias Hidrográfica dos Rios Jequitai e Pacuí.
- **SF7:** Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Paracatu.
- **SF8:** Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia.
- **SF9:** Bacias Hidrográfica dos Rios Pandeiros e Calindó.
- **SF10:** Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Verde Grande.

O município de Felixlândia, objeto deste PMSB, pertence à Bacia Hidrográfica do Rio Parapeba (UPGRH-SF3) e à Bacia Hidrográfica do Entorno da Represa de Três Marias (UPGRH-SF4).

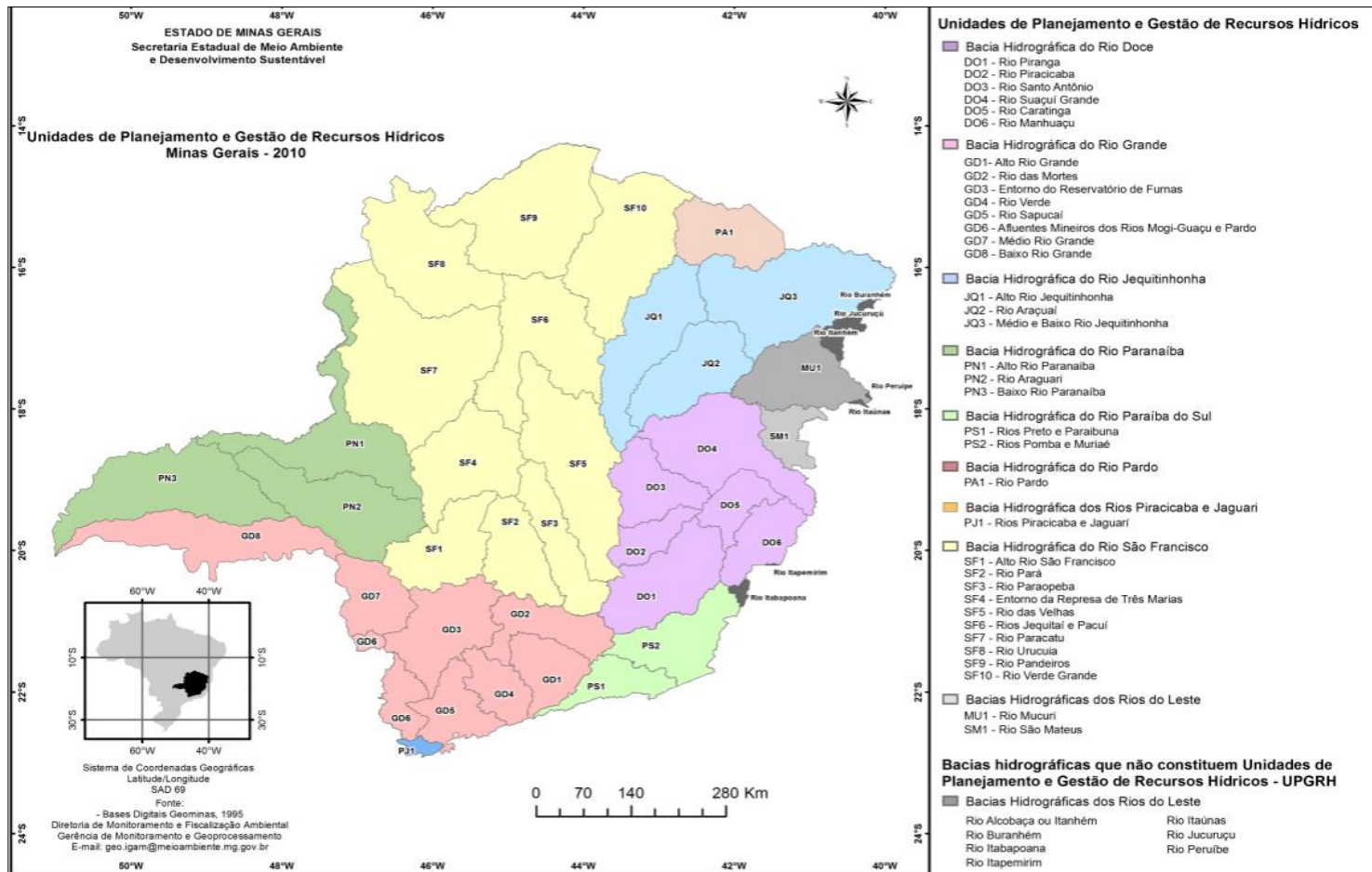


Figura 7: UPGRHs de Minas Gerais

Fonte: IGAM, 2014.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



3.1.1 O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba (UPGRH-SF3)

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba foi criado pelo Decreto nº 40.398 de 28 de maio de 1999. O CBH do Rio Paraopeba é composto de 72 conselheiros, dentre titulares e suplentes. Sua estruturação é paritária entre Poder Público Estadual, Poder Público Municipal, Usuários de recursos hídricos e Sociedade Civil Organizada.

De acordo com o referido Decreto, o CBH do Rio Paraopeba tem por finalidade *“Promover, no âmbito da gestão de recursos hídricos, a viabilização técnica e econômico-financeira de programa de investimento e consolidação da política de estruturação urbana e regional, visando ao desenvolvimento sustentado da Bacia.”* (MINAS GERAIS, 2004).

Os municípios participantes do CBHSF3 são: Belo Vale; Betim; Bonfim; Brumadinho; Cachoeira da Prata; Caetanópolis; Casa Grande; Congonhas; Conselheiro Lafaiete; Contagem; Cristiano Ottoni; Crucilândia; Curvelo; Desterro de Entre Rios; Entre Rios de Minas; Esmeraldas; **Felixlândia**; Florestal; Fortuna de Minas; Ibirité; Igarapé; Inhaúma; Itatiaiuçu; Itaúna; Itaverava; Jeceaba; Juatuba; Lagoa Dourada; Maravilhas; Mário Campos; Mateus Leme; Moeda; Ouro Branco; Ouro Preto; Papagaios; Pará de Minas; Paraopeba; Pequi; Piedade dos Gerais; Pompéu; Queluzito; Resende Costa; Rio Manso; São Brás do Suaçuí; São Joaquim de Bicas; São José da Varginha; Sarzedo e Sete Lagoas (IGAM, 2014).

A Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba possui uma área de 12.054,25 km², o que corresponde a 5,14% do território da bacia do rio São Francisco. A população total da bacia, de acordo com o IBGE/Censo 2010, é de 1.318.885 habitantes, sendo que 1.226.625 habitantes estão localizados na zona urbana e 92.260 habitantes residem na zona rural.

3.1.2 O Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno da Represa de Três Marias (UPGRH-SF4)

Criado pelo Decreto 43.798 de 30 de abril de 2004, este possui 48 conselheiros dentre titulares e suplentes. Sua estrutura é paritária entre Poder Público Estadual, Poder Público Municipal, Usuários de recursos hídricos e Sociedade Civil Organizada.

De acordo com o referido Decreto, o CBH Entorno da Represa de Três Marias tem como finalidade “*Promover, no âmbito da gestão de recursos hídricos, a viabilização técnica e econômico-financeira de programa de investimento e consolidação da política de estruturação urbana e regional, visando ao desenvolvimento sustentável da Bacia.*” (MINAS GERAIS, 2004).

Os municípios participantes do CBHSF4 são: Abaeté, Arapuá, Biquinhas, Carmo do Paranaíba, Cedro do Abaeté, Córrego Danta, Estrela do Indaiá, **Felixlândia**, Lagoa Formosa, Matutina, Morada Nova de Minas, Paineiras, Patos de Minas, Pompéu, Quartel Geral, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Serra da Saudade, Tiros, Três Marias, Varjão de Minas (IGAM, 2014).

A Bacia Hidrográfica do Entorno da Represa de Três Marias possui uma área de 18.654,66km², o que corresponde a 7,95 % do território da bacia do rio São Francisco. A população total da bacia, de acordo com o IBGE/Censo 2010, é de 178.479 habitantes, sendo que 150.386 habitantes estão localizados na zona urbana e 28.093 habitantes residem na zona rural.

4 JUSTIFICATIVA

De acordo com o que prevê a Lei Federal nº 11.445, de janeiro de 2007, todos os municípios devem ter um Plano de Saneamento Básico com vistas a buscar melhorias em áreas como: abastecimento de água potável, manejo de água pluvial e resíduos sólidos, coleta e tratamento de esgoto e limpeza urbana.

O objeto da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) é possibilitar a criação de mecanismos de gestão pública da infraestrutura do município relacionada aos quatro pilares do saneamento básico: abastecimento de água; esgotamento sanitário; manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais.

Para se alcançar este objeto, devem ser considerados os seguintes aspectos:

- a. Estabelecimento de mecanismos e procedimentos que garantam efetiva participação da sociedade em todas as etapas do processo de elaboração, aprovação, execução, avaliação e revisão do PMSB.
- b. Diagnósticos setoriais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e águas pluviais), porém integrados, para todo o território do município, áreas urbanas e rurais.
- c. Proposta de intervenções com base na análise de diferentes cenários e estabelecimento de prioridades.
- d. Definição dos objetivos e metas de curto, médio e longo prazo.
- e. Definição de programas, ações e projetos necessários para atingir os objetivos e metas estabelecidos.
- f. Programação física, financeira e institucional da implantação das intervenções definidas.
- g. Programação de revisão e atualização.

Com a finalidade de minimização dos impactos ambientais decorrentes da deficiência em saneamento básico, o CBHSF, decidiu pelo investimento de recursos na elaboração desses planos, visando à melhoria tanto da quantidade quanto da qualidade das águas da Bacia do Rio São Francisco.

A Deliberação CBHSF nº 88, de 10 de dezembro de 2015, aprovou o Plano de Aplicação Plurianual - PAP dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, referente ao período 2016-2018.

O CBHSF é responsável pela realização da elaboração do PMSB, que conta com o apoio técnico da Agência Peixe Vivo e o apoio institucional da Prefeitura Municipal de Felixlândia.

A execução da elaboração do PMSB ficará a cargo da empresa PRO BRAS Empreendimentos Sustentáveis – Ltda., vencedora do processo licitatório realizado pela Agência Peixe Vivo (Ato Convocatório nº 023/2016), Contrato de Gestão nº 014/ANA/2010, firmando com a mesma o Contrato nº 13/2017 para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos municípios de **Felixlândia/MG**, Piedade dos Gerais/MG, Piracema/MG, São José da Lapa/MG e Serra da Saudade/MG.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



5 OBJETIVO

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) tem por objetivo apresentar o diagnóstico do saneamento básico no território do município e definir o planejamento para um horizonte de 20 anos. Destina-se a formular as linhas de ações estruturantes e operacionais referentes ao saneamento.

A elaboração do PMSB possibilita a criação de mecanismos de infraestrutura e gestão pública baseados nos quatro pilares do saneamento básico, de acordo com os princípios fundamentais elencados pela Lei nº 11.445/2007 e legislações complementares. São objetivos específicos do PMSB:

- ✓ Dotar os municípios com um **instrumento indispensável para solicitação de verbas federais para implantação das obras e benfeitorias relacionadas nos respectivos PMSBs.**
- ✓ **Garantir a universalização do abastecimento de água potável**, em quantidade e qualidade adequadas.
- ✓ **Possibilitar a coleta, tratamento e destinação final adequados dos efluentes domésticos**, de forma a minimizar as cargas de poluição lançadas nos cursos de água.
- ✓ **Possibilitar a coleta, manejo, tratamento e destinação adequada dos resíduos sólidos**, de maneira a minimizar os impactos da poluição difusa.
- ✓ **Possibilitar o adequado manejo das águas pluviais**, de forma a evitar-se episódios de inundações que causam mortes e prejuízos.
- ✓ Garantir o envolvimento e **participação da sociedade** na elaboração e tomada de decisões.

A implantação do PMSB no município de Felixlândia é primordial para a articulação do desenvolvimento urbano e rural, tornando-se de interesse social e devendo ser desenvolvido em atendimento aos conteúdos mínimos definidos na Lei nº 11.445/2007, Lei nº 12.305/2010, e do Termo de Referência (TR).

Este documento servirá como premissa para a gestão municipal no estabelecimento de diretrizes para a universalização dos serviços de saneamento básico com qualidade, equidade e sustentabilidade; instrumentos e mecanismos para a implantação de ações articuladas e eficazes; definição de metas e programas para melhoria da qualidade de vida, meio ambiente e saúde pública. Portanto, para a execução desses levantamentos e estabelecimento dessas articulações, deverá ser técnico-participativo, inclusive durante a aprovação, execução, avaliação e revisão a cada quatro anos.

Um conceito da Lei nº 9.795/1999 – Política Nacional de Educação Ambiental, define que a participação social edifica valores, habilidades, atitudes, conhecimentos e competências, fatores determinantes e essenciais para um trabalho de qualidade.

Portanto, objetiva-se com a elaboração do PMSB:

- a) tornar política pública para a efetivação do saneamento básico;
- b) assegurar melhorias na qualidade de vida e saúde da população, urbana e rural;
- c) conscientizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e na conservação dos recursos naturais;
- d) contribuir para que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público se dê segundo critérios de promoção de salubridade ambiental;
- e) envolver a população na discussão das potencialidades dos problemas de salubridade e saneamento ambiental e suas implicações;
- f) estabelecer mecanismos de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico;
- g) utilizar indicadores dos serviços de saneamento básico no planejamento, implementação e avaliação da eficácia das ações em saneamento;
- h) definir ações, metas, programas, projetos a serem implantados pela administração municipal como ferramenta de auxílio na gestão;
- i) sensibilizar a sociedade para a importância de investimentos em saneamento ambiental, seus benefícios e vantagens; e
- j) estabelecer parceria entre a sociedade e a administração pública para continuidade na coleta de informações e construção eficaz contínua.

É dentro desse cenário de visão abrangente e sistêmica que serão desenvolvidas todas as etapas do presente PMSB, tendo a perspectiva de análise integrada como elemento norteador da construção deste importante instrumento de planejamento e gestão.

5.1 Objetivo Específico - Produto 1 Plano de Trabalho

5.1.1 Plano de Trabalho

O Plano de Trabalho aborda todo o planejamento das ações que serão executadas durante o processo de elaboração do PMSB, incluindo as etapas e atividades, em conformidade com o cronograma, prazos, procedimentos técnicos e metodológicos adotados para cada local, sempre considerando suas particularidades e respeitando a individualidade dos munícipes de Felixlândia.

O Plano de Trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- Mecanismos para a divulgação do PMSB no município, assegurando o conhecimento da população de maneira íntegra;
- Quantificação dos serviços a serem executados;
- Definição das responsabilidades de todos os agentes envolvidos no processo.

5.1.2 Plano de Mobilização e Comunicação Social do PMSB

As ações de mobilização e comunicação social nas comunidades serão realizadas através de reuniões e/ou eventos públicos quando houver oportunidade, preparando, apresentando e documentando as fases de desenvolvimento de todo o trabalho, por meio de atas, listas de presença e registros fotográficos ou filmagens.

A PRO BRAS sempre disponibilizará materiais de divulgação para alcançar o maior número de habitantes possível. Essa divulgação ocorrerá respeitando os costumes, regiões e as particularidades de cada localidade.

6 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Neste item, será apresentada a área de abrangência para elaboração do PMSB de Felixlândia, descrevendo um panorama preliminar das condições atuais dos serviços de saneamento básico no município. O detalhamento desta etapa será realizado no Produto 2 – Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico, no qual a realização do trabalho se dará pela coleta de informações e dados necessários ao seu desenvolvimento e suas respectivas fontes, tanto primárias (baseadas em visita *in loco*) quanto secundárias.

6.1 Localização:

Com área de 1.554,627 km², Felixlândia está localizado na mesorregião central mineira e microrregião de Curvelo no Estado de Minas Gerais, distando cerca de 193 quilômetros da capital mineira, Belo Horizonte, sendo servido pela rodovia federal BR-040 tendo como municípios limítrofes Curvelo, Pompéu, Morro das Garças, Corinto, Três Marias e Morada Nova de Minas.

O município de Felixlândia possui em sua sede municipal 2 distritos (São Geraldo do Salto e São José do Buriti) como os grandes aglomerados populacionais.

As coordenadas geográficas do município:

- Latitude: 18°45'28" Sul
- Longitude: 44°53'56" Oeste

Na Figura 8 é possível verificar a localização do município no estado de Minas Gerais, conforme destacado em vermelho.



Figura 8: Localização do Município de Felixlândia – MG

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2017.

6.2 População:

- 14.121 habitantes; Censo IBGE/2010;
- População urbana 10.922 hab. em 2010; Censo IBGE/2010;
- População rural 3.199 hab. em 2010; Censo IBGE/2010;
- Densidade demográfica 9,08 hab. /km²;
- IDH-M/2010: 0,648.

No ano de 2010, o município de Felixlândia ocupava a 3.156^o colocação no ranking nacional dos municípios e a colocação 556^o no ranking estadual, referente ao IDH - M/2010.

6.3 Acesso:

A infraestrutura básica de transporte do município é a ligação rodoviária, tendo como acesso principal a rodovia BR-040. A Figura 9 apresenta o mapa de acesso ao município de Felixlândia.

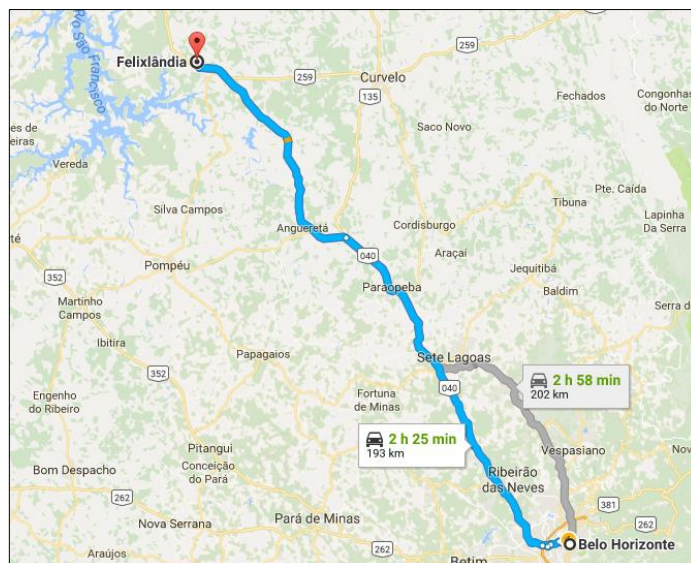


Figura 9: Acesso a Felixlândia

Fonte: Google Maps, 2017.

6.4 Distâncias:

As distâncias aos principais centros urbanos e às cidades vizinhas são listadas a seguir:

- Curvelo – 55,3km;
- Belo Horizonte – 193km;
- Vitória – 709km;
- São Paulo – 754km;
- Rio de Janeiro – 624km;
- Brasília – 546km.

6.5 Bacia hidrográfica

Felixlândia está localizada na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, inserida em duas micro bacias, a Bacia do Rio Paraopeba (SF3) e Bacia do Entorno da Represa de Três Marias (SF4).

6.6 Sistemas de Saneamento Básico

6.6.1 Sistema de Abastecimento de Água de Felixlândia

O sistema de abastecimento de água se constitui pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais, contemplando também os instrumentos de medição.

O serviço de abastecimento de água da COPASA prestado no município de Felixlândia atende a 93,42% da população residente na sede municipal, o que representa 10.014 munícipes. O índice de hidrometração é de 100%, sendo distribuído no sistema um volume macromedido de 51.611 m³/ mês, com índice de perdas de 22,58%. A capacidade de reservação total do SAA é de 733m³ e a extensão de rede atual é de 65.236 metros.

A Figura 10 apresenta uma síntese da estrutura do abastecimento de água do município, levantado no Atlas do Abastecimento de Água, disponibilizado pela Agência Nacional das Águas – ANA.

Apoio Institucional



Apoio Técnico

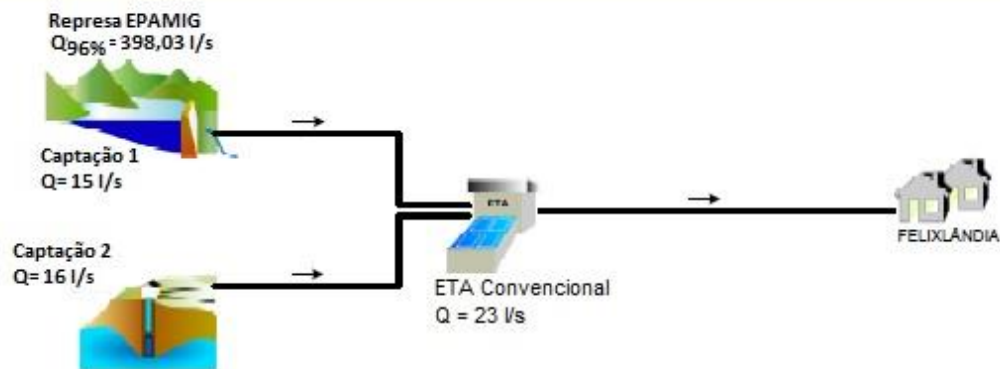


Execução



Realização





POPULAÇÃO URBANA (hab)	SISTEMA PRODUTOR			TIPOS DE CAPTAÇÃO		Nº 000
Bairro/Distrito/Povoado Até 5.000 De 5.000 a 50.000	De 50.000 a 250.000 De 250.000 a 1.000.000 Mais de 1.000.000	Adutora Estação Elevatória Estação de Tratamento de Água Dessalinizador	Tratamento Filtros Reservatório Apoiado Reservatório Elevado	Existente Projetado Em Obras	Captação Fio d'Água/ Tomada Direta Barragem/ Açude Poço Bateria de n poços Chafariz Carro-pipa	Fonte COPASA
						Código

Figura 10: Sistema de abastecimento de água.

Fonte: Atlas de Saneamento – ANA, 2017.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



6.6.2 Sistema de Esgotamento Sanitário de Felixlândia

O sistema de esgotamento sanitário se constitui pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, tratamento e disposição final de esgotos, desde as ligações prediais até o lançamento final do efluente tratado no meio ambiente.

No município de Felixlândia não existe nenhum tratamento dos efluentes domésticos municipais. Em 28 de outubro de 1986, celebrou-se entre o município de Felixlândia e a COPASA MG o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, sendo esse último firmado em 1977 para prestação dos serviços de abastecimento de água. A partir do Termo Aditivo, foi concedida à COPASA MG a prestação dos serviços de esgotamento sanitário, com validade de 30 anos a partir da data de início da operação serviços concedidos, o que não ocorreu até o momento.

Entretanto, o presente contrato não estabelece metas específicas para a execução das obras do sistema, bem como parâmetros de qualidade para a prestação do serviço.

6.6.3 Sistema de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos de Felixlândia

O sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos compreende o conjunto de atividades e infraestruturas relacionadas à coleta, acondicionamento, manipulação, transporte, transbordo e destinação final dos resíduos sólidos.

A gestão dos resíduos sólidos é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Felixlândia, através da Secretaria de Meio Ambiente.

Os resíduos domiciliares coletados e os resíduos provenientes da limpeza urbana são encaminhados para o aterro.

Existe uma associação no município que realiza a coleta de materiais passíveis de reaproveitamento visando à diminuição de resíduos a ser aterrado, e gerar renda para a população municipal.

6.6.4 Sistema de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas de Felixlândia

O sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais corresponde às atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana,



transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias. No município de Felixlândia a malha de drenagem de águas pluviais não possui uma rede de cadastros das devidas instalações, áreas de inundação e áreas de risco, que serão devidamente levantadas e analisadas no diagnóstico técnico participativo.

6.7 Distritos e Comunidades Rurais

O município de Felixlândia possui grande extensão territorial, sendo a população da área rural representativa. Para que a mobilização e comunicação social sejam abrangentes e possam atingir toda a população de Felixlândia, será necessário setorizar o município em zona urbana e comunidades rurais.

As principais comunidades rurais do município são: Estância das Garças, Ilha do Mangabal, Lago dos Cisnes, Quintas da Boa Vista, Lagoa do Meio, La Poveda, Marmelada, Barreiros, Ibiricu, Várzea do Buriti, Brejinho, Saco Fechado, Ibolim, Lagoinha, Grotões Riachão, Várzea Grande, Tronco, Covancos, Cargos. E os Distritos: São Geraldo do Salto, São José do Buriti, sendo possível observar a distribuição das comunidades rurais no mapa da Figura 11.

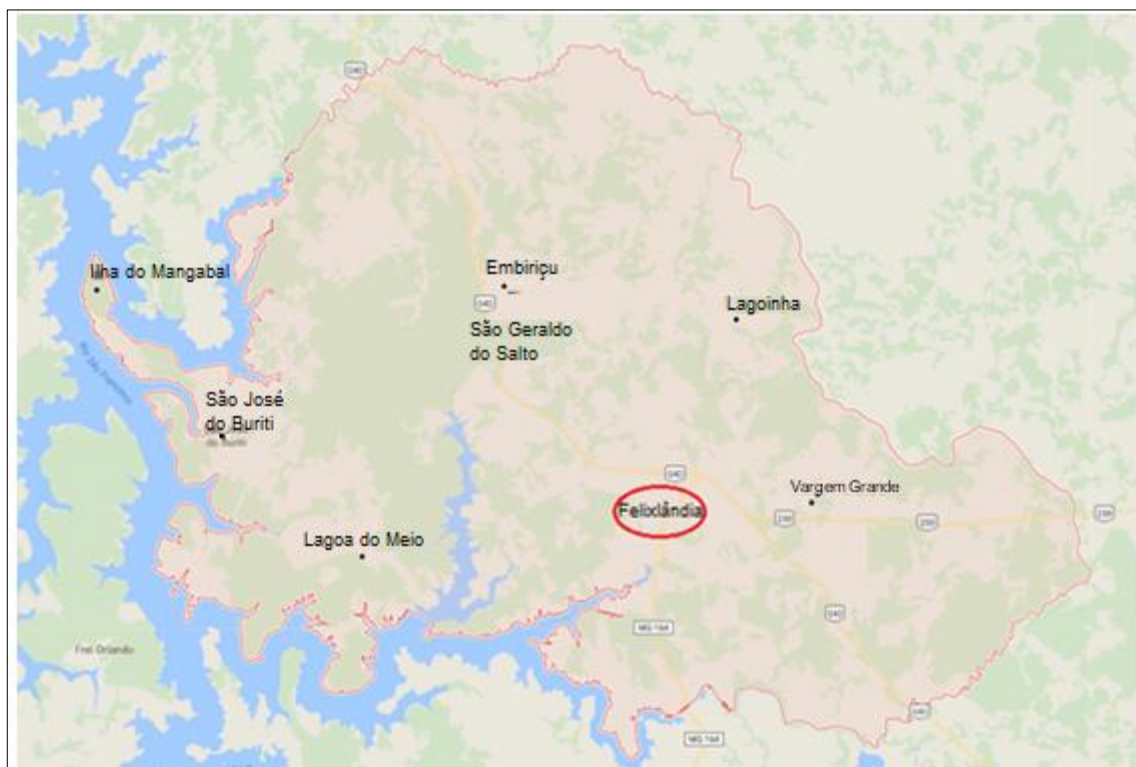


Figura 11: Localização das comunidades rurais

Fonte: Google Mapas, 2017.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



7 METODOLOGIA

A PRO BRAS Empreendimentos Sustentáveis foi contratada pela Agência Peixe Vivo para a elaboração dos Planos de Saneamento Básico dos municípios de **Felixlândia**, Piedade dos Gerais, Piracema, São José da Lapa e Serra da Saudade, pertencentes à região conhecida como Alto Rio São Francisco.

O PMSB ora apresentado deve ser considerado como um documento dinâmico e referencial para a execução dos serviços. Assim, em função das recomendações da legislação e do andamento dos fóruns de discussão, das reuniões com o Grupo de Trabalho e validação, os trabalhos e as soluções metodológicas adotados poderão ser alterados e/ou adaptados.

A metodologia de trabalho foi desenvolvida de acordo com as especificações contidas no TR, nas Leis Federais nº 11.445/2007 e 12.305/2010, possibilitando a PRO BRAS efetuar o planejamento adequado para a realização das atividades de elaboração do PMSB.

Para tanto, se estabelecem os seguintes procedimentos metodológicos:

- O PMSB será o instrumento fundamental para implementação da Política Municipal de Saneamento Básico.
- O PMSB deverá fazer parte do desenvolvimento urbano e ambiental da cidade.
- A promoção de ações de educação sanitária e ambiental como instrumento de sensibilização e conscientização da população deve ser realizada permanentemente.
- A participação e controle social devem ser assegurados na formulação e avaliação do PMSB.
- A disponibilidade dos serviços públicos de saneamento básico de qualidade deve ser assegurada a toda população do município (urbana e rural).

A elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico foi dividida em 6 (seis) produtos distintos, a serem construídos no período de 10 (dez) meses, contemplando os quatro pilares do saneamento básico: abastecimento de água, coleta e manejo do esgotamento sanitário, coleta e manejo dos resíduos sólidos e manejo das águas pluviais de todo o município, abrangendo as áreas urbana e rural.

Os produtos desenvolvidos deverão estar interligados conforme apresentado na Figura 12. O outro fator preponderante deverá ser a participação social, por meio de mobilizações, oficinas e audiência pública.

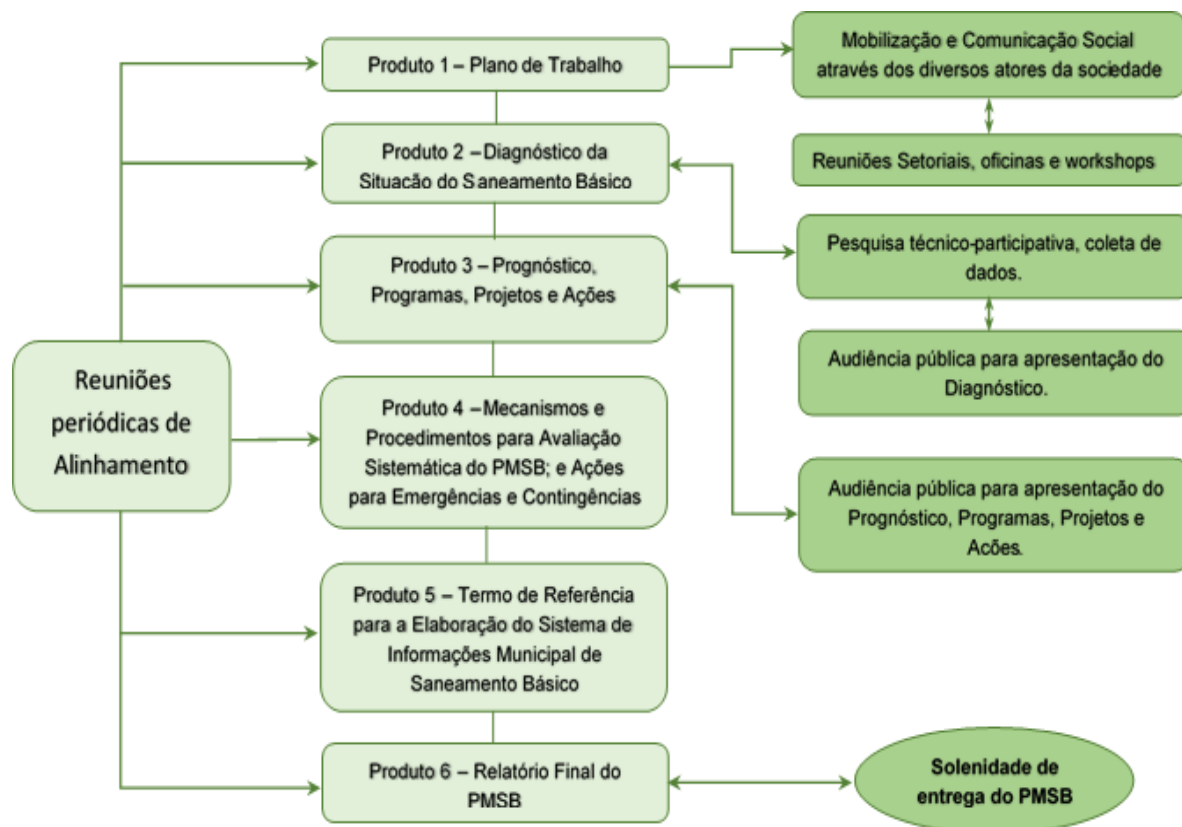


Figura 12: Fluxograma das etapas dos produtos

Fonte: Autor, 2017.

Cabe destacar, que para o desenvolvimento das etapas apresentadas na figura anterior, tanto nas reuniões de alinhamento quanto em qualquer outra atividade do PSMB, a PRO BRAS dispõe de vários equipamentos que serão utilizados para auxiliar na melhoria da qualidade dos trabalhos. Os equipamentos disponíveis estão detalhados no Quadro 1, os modelos de materiais de divulgação estão apresentados na Figura 13.

Quadro 1: Relação de Equipamentos

HISTOGRAMA EQUIPAMENTOS							
DESCRIÇÃO	Nº de Equipamentos	Produto 1	Produto 2	Produto 3	Produto 4	Produto 5	Produto 6
GPS - MAP 62 S – GARMIM	2						
Computador – GATEWAY	12						
Veículo automotor	3						
Câmera Fotográfica	3						
Data show	2						
Barraca toldo para eventos	1						
Celular Corporativo	7						

Fonte: Autor, 2017.



Figura 13: Equipamentos a serem utilizados

Fonte: Autor, 2017.

Estes equipamentos serão utilizados para as reuniões de apresentação e debate dos trabalhos em desenvolvimento, nas audiências públicas, reuniões de alinhamento dos produtos e mobilização social, ou seja, durante todo o período de desenvolvimento do PMSB até a solenidade de entrega do Relatório final, facilitando o entendimento e o acompanhamento da população no decorrer da elaboração.

7.1 Finalidade

A elaboração do Plano de Trabalho tem por finalidade:

- definir as etapas a serem desenvolvidas;
- distribuir as responsabilidades para os atores envolvidos;

- estabelecer o cronograma de execução das atividades ao longo do período de trabalho; e
- garantir a participação social para que seja realizado um processo eficaz, democrático, participativo e qualificado.

Para que o PMSB seja realizado de forma integral e possua maior abrangência local durante sua elaboração, torna-se imprescindível a parceria com as secretarias de meio ambiente, obras, educação, saúde e áreas afins; além da utilização de materiais e equipamentos para a divulgação dos eventos, mobilização populacional e comunicação social.

Para o desenvolvimento das atividades, a PRO BRAS deverá realizar reuniões e eventos públicos, preparando, apresentando e documentando as fases de desenvolvimento de todos os trabalhos, por meio de atas, listas de presença e registros fotográficos.

Tais reuniões deverão ser realizadas em locais previamente acordados e têm por objetivo garantir o perfeito alinhamento e esclarecimento de dúvidas do escopo e das áreas de enfoque.

Conforme a necessidade, a PRO BRAS poderá ser requisitada pelo GT – PMSB para apresentação dos resultados preliminares de cada etapa do trabalho, ao longo do prazo de execução do Contrato.

7.2 Produtos e Prazos

Nesta etapa, será apresentado um resumo do conteúdo de cada produto a ser elaborado, com base nas orientações e diretrizes do TR, em consonância com as legislações federal, estadual e municipal, devendo ser planejado o detalhamento estratégico e metodológico em todas as etapas previstas, atendendo aos respectivos prazos de execução e de entrega dos relatórios e produtos esperados, conforme Quadro 2.

Quadro 2: Produtos e Prazos de Execução e Entrega

Produtos	Descrição	Prazo de Execução (dias)	Prazo de entrega
Produto 1	Plano de Trabalho e Plano de Mobilização e de Comunicação Social	30	05/09/17
Produto 2	Ações de mobilização social nas escolas, setor de saúde e comunidade em geral	63	08/09 a 19/10/17
	Levantamento de Campo e Coleta de dados para a elaboração do Diagnóstico	63	08/09 a 19/10/17
	Apresentação da versão preliminar do Diagnóstico para o GT-PMSB	110	31/10/17
	Audiência Pública de Apresentação do Diagnóstico da Situação atual dos serviços de Saneamento Básico	120	14/11/17
Produto 3	Apresentação da versão preliminar do Prognóstico para o GT-PMSB	200	18/01/18
	Audiência Pública de Apresentação do Prognóstico, Programas, Projetos e Ações	210	02/02/18
Produto 4	Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática; e Ações para Emergências e Contingências	240	06/03/18
Produto 5	Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico	287	05/04/18
Produto 6	Relatório Final do PMSB – Relatório Síntese	300	03/05/18

Fonte: Autor, 2017.

Ressalta-se que todos os produtos elaborados pela PRO BRAS devem ser encaminhados, via e-mail, para os integrantes do GT – PMSB e representantes do CBHSF, além da assessoria técnica da Agência Peixe Vivo, para que estes possam apresentar as suas contribuições. Após essas contribuições, os demais produtos poderão ser iniciados, dando continuidade ao desenvolvimento dos trabalhos.

Durante o desenvolvimento dos trabalhos e a finalização dos produtos, existem fatores que auxiliam ou prejudicam, de certa maneira, o andamento e encaminhamento das atividades. A Figura 14 apresenta a descrição desses fatores facilitadores e dificultadores em cada etapa do PMSB.

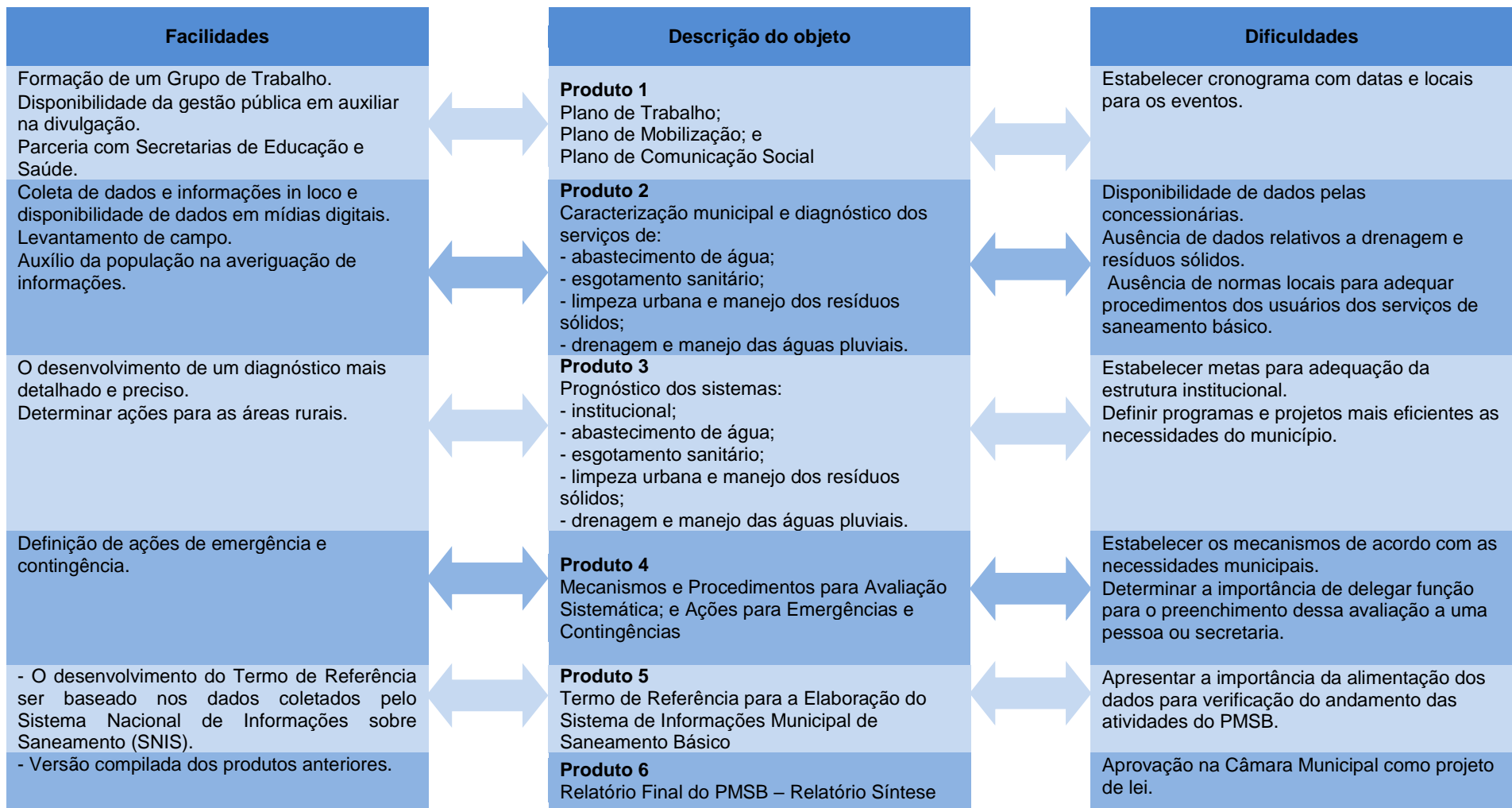


Figura 14: Fatores facilitadores e dificultadores

Fonte: Autor, 2017.



Para melhor visualização das metodologias do PMSB, a seguir, encontram-se descritas as fases e produtos a serem elaborados.

7.2.1 Produto 2 – Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico

Apresentará as informações de todo o território urbano e rural do município de Felixlândia, com a consolidação dos dados sobre as condições de salubridade ambiental, prestação de serviços dos quatro eixos do saneamento básico (abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais), caracterização geral do município (aspectos físicos, socioeconômicos, institucionais, legais, etc.) e dos setores co-relacionados (desenvolvimento urbano e habitação, situação ambiental e dos recursos hídricos, situação da saúde), abrangendo os dados e projeções atuais como: perfil populacional; quadro epidemiológico; os indicadores sanitários, socioeconômicos e ambientais; e demais setores correlatos.

O diagnóstico objetiva avaliar a prestação dos serviços e analisar as condições técnicas, operacionais, gerenciais e administrativas, assim como dos projetos e estudos existentes ou em andamentos, para os quatro eixos do saneamento. Esta etapa se torna o fator determinante para o desenvolvimento mais específico do PMSB, visto que subsidiará o embasamento de todas as propostas futuras que constarão nos demais Produtos.

O diferencial do Diagnóstico está na junção entre a percepção dos técnicos na coleta de dados primários (questionários, entrevistas e visitas a campo) e secundários, concomitantes à percepção da sociedade e à interação com os civis, através das mobilizações sociais acerca do setor de saneamento e das reuniões técnicas.

A coleta de dados da PRO BRAS ocorrerá com o acompanhamento de um técnico da Prefeitura Municipal, de cada área de saneamento, pelo tempo que for necessário, preenchendo o *checklist* (ANEXO I) e percorrendo todas as áreas de interesse para o desenvolvimento do diagnóstico, incluso o registro fotográfico das estruturas existentes e coordenadas geográficas.

As principais fontes de dados para a coleta de informações são advindas do próprio município de Piracema, através dos setores de meio ambiente e obras que são responsáveis pela gestão dos quatro eixos do saneamento básico. Também serão utilizadas as plataformas de dados governamentais, como o SNIS, SINISA, DATASUS e outros.

7.2.1.1 Caracterização geral do município e situação institucional

Na caracterização geral, serão considerados os aspectos referentes aos fatores físico-territorial, socioeconômico, cultural e ambiental, e às áreas de interesse social e de proteção ambiental, bem como aos dados gerais do município: demografia urbana e rural, infraestrutura, entre outros.

Quanto à situação institucional, serão levantadas e analisadas estruturas para o planejamento e controle social, a prestação de serviços, além da identificação, regulação e fiscalização de programas existentes relacionados ao tema, e das possíveis formas de cooperação regional que viabilizem a sustentabilidade econômica e financeira dos serviços.

7.2.1.2 Situação dos setores dos serviços de saneamento básico

Os sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e limpeza pública serão diagnosticados e analisados quanto aos aspectos institucionais, jurídico, econômico-financeiro, técnico e operacional, contemplando as zonas urbana e rural, por meio de informações bibliográficas e inspeções de campo.

Os dados secundários serão coletados nos órgãos públicos ligados ao assunto e os dados primários serão coletados nas localidades do município, por meio de instrumentos adequados ao contexto, além de conciliar com as considerações da população.

Ressalta-se que, o subitem de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do diagnóstico deverá contemplar o conteúdo mínimo especificado na Lei Federal nº 12.305/2010 para compor o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

7.2.2 Produto 3 – Prognóstico, Programas, Projetos e Ações

Em função dos dados coletados no diagnóstico técnico participativo e do conceito de universalização do acesso aos serviços de saneamento básico, serão elaboradas estratégias, objetivos, diretrizes, metas e ações de atuação para melhoria das condições dos serviços públicos em cada eixo do setor de saneamento. Criar e/ou adequar da estrutura municipal para o planejamento, regulação, fiscalização e o controle social e, além de suprir as necessidades para o equacionamento das carências, atuais e com projeções para o período de 20 (vinte) anos.

No prognóstico, deverão ser formuladas as projeções populacionais para estabelecimento de demandas futuras e elaboração de cenários, avaliação das alternativas de gestão dos serviços de saneamento, a compatibilidade entre as carências identificadas e a hierarquização das áreas de intervenção. A proposição de diretrizes e de medidas estruturais e não-estruturais deverá considerar mínimo custo e maior benefício, na definição das viabilidades técnica, econômico-financeira e ambiental dos sistemas e serviços.

As informações levantadas deverão ser “cruzadas” e analisadas de forma sistêmica, que possibilitará a construção de cenários reais da situação do município e a orientação das etapas subsequentes do trabalho.

O Prognóstico, Projetos e Ações necessárias para atingir os objetivos e metas serão compatíveis com os respectivos Planos Plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento e as formas de acompanhamento, avaliação e de integração entre si.

Será relevante o envolvimento contínuo de representantes do poder público municipal através do GT – PMSB nesta etapa dos trabalhos, determinando ações factíveis de serem atendidas nos prazos estipulados, e que representem as aspirações sociais com alternativas de intervenção, com intuito de atender às demandas e prioridades da sociedade.

As projeções das demandas e ações propostas deverão atender ao horizonte de planejamento de 20 anos, considerando a hierarquização para definição dos prazos

entre: imediato (anual ou até 2 anos), curto (entre 2 e 4 anos), médio (entre 4 e 8 anos) e longo (acima de 8 e até 20 anos).

Espera-se que o Prognóstico seja completo e resulte em diversos projetos e programas que alcancem todas as frentes do saneamento complementadas, especificamente, para o desenvolvimento institucional da prefeitura e a educação ambiental efetiva.

7.2.3 Produto 4 – Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB; e Ações para Emergências e Contingências

Apresentará uma estrutura básica de métodos para a avaliação da eficácia, eficiência e efetividade das ações, de acordo com as necessidades municipais, através da definição do uso de indicadores de desempenho, acompanhamento e avaliação dos programas e ações propostos e o alcance das metas e objetivos estabelecidos no Plano, abrangendo os aspectos técnico, operacional, econômico-financeiro, ambiental, social, institucional, saúde, entre outros.

São ferramentas de medidas quantitativas que servirão como instrumento de apoio ao monitoramento de dados e informações que traduzam a evolução e a melhoria das condições de vida da população.

As Ações de Emergências e Contingências deverão ser elaboradas nos casos de ocorrências previstas e imprevistas para os 4 (quatro) eixos do Saneamento Básico, abordando todas as ações necessárias para:

- eliminar os possíveis impactos no meio agredido, em casos de escassez hídrica;
- atuar em situações que proporcionem riscos de contaminação e incômodos à população, em casos de enchentes;
- casos de racionamento e aumento de demanda temporária, com acréscimo substancial da população; e
- solucionar interrupções dos serviços, falhas operacionais, em casos de danos a equipamentos, falhas no fornecimento de energia elétrica e durante a realização de manutenção ou obras nos sistemas.

Propõe-se, ainda, que as especificações das ações emergenciais e de contingência sejam abordadas por fases: uma preventiva/preparativa; a primeira antecede a ocorrência do evento, e a segunda refere ao socorro e à recuperação pós-ocorrência do evento.

7.2.4 Produto 5 – Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico

Será um documento que contenha uma proposta de TR para elaboração do Sistema de Informação Municipal de Saneamento Básico.

Este sistema deverá ser composto por indicadores de fácil obtenção, apuração e compreensão, ser capaz de medir os objetivos e as metas, e contemplar os critérios analíticos de eficácia, eficiência e efetividade da prestação dos serviços de saneamento básico. Será estabelecido por meio de um banco de dados geográfico e descritivo, buscando objetivar e discriminar, detalhadamente, os processos abrangidos (e, dentro de cada processo, quais as funcionalidades e limitações esperadas). Deverá ser alimentado periodicamente com as informações institucionais e situações de cada eixo (abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos), para que o Plano possa ser avaliado, bem como refletir as condições de saneamento básico coletadas, identificar as demandas e auxiliar na tomada de decisão em tempo hábil para a resolução dos problemas.

O banco de dados deverá ser implementado com as informações diagnosticadas e proposições, em formatos compatíveis com as principais ferramentas de geoprocessamento do mercado. O uso dessas ferramentas e técnicas deverá facilitar a visualização da situação de cada serviço, a identificação das necessidades setorializadas, bem como a execução de processos analíticos sobre a base geográfica, subsidiando e qualificando os processos de tomada de decisão.

Os resultados obtidos deverão ser bem específicos quanto a versatilidade na incorporação de informações, como referência para comparação e para medição de desempenho, atendendo às diretrizes do Sistema Nacional de Informações sobre

Saneamento Básico (SINISA), do Ministério das Cidades, e do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

7.2.5 Produto 6 – Relatório Final do PMSB

Conterá uma síntese dos produtos anteriormente elaborados (Produto 1 ao 5), com linguagem acessível, abrangência e independência para entendimento da população, compatível e integrado com as demais políticas, planos e disciplinamentos relacionados à gestão do município, visando: a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental; o estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços; a capacitação técnica continuada em gestão do saneamento básico.

O Produto 6 será composto, também, por uma proposta de minuta de Projeto de Lei do PMSB, com sugestões administrativas para implementação da política de saneamento, objetivando institucionalizar o plano, além de refletir os anseios da população, objetivos, metas, programas, projetos e ações. A elaboração dessa proposta estará em conformidade com a técnica legislativa e sistematizada, seja no âmbito federal, estadual e municipal, com as propostas estabelecidas nos produtos anteriores, de forma a evitar contradições entre as ações, metas, projetos e programas definidos no PMSB.

Por fim, a consolidação do plano acontecerá após o mesmo passar pela fase de consulta e solenidade final, pois nela é realizada a coleta de sugestões e contribuições finais para enriquecimento do trabalho, contando com a participação da sociedade civil, os membros da Agência Peixe Vivo, CBHSF e do GT – PMSB, representantes das secretarias municipais e todos os demais atores envolvidos na elaboração do PMSB.

Cabe destacar que posterior à solenidade de aprovação pela sociedade e instituições envolvidas, a minuta do Projeto de Lei será encaminhada ao poder legislativo, que por sua vez, sancionará como lei municipal o PMSB, tornando-a uma política municipal de saneamento básico. Um dos mecanismos recomendados para dar suporte e cumprimento às ações de saneamento é manter a sociedade

permanentemente envolvida e mobilizada, por intermédio de eventos, que possibilitem a participação democrática e formal de controle social.

7.3 Competências e responsabilidades

Para a elaboração do PMSB, as partes envolvidas necessitam estarem cientes quanto às suas responsabilidades, competências, disponibilidades, e esforços exigidos no decorrer do processo.

7.3.1 Compete a Agência Peixe Vivo

- a) Elaborar o Ato Convocatório e o TR para contratação do PMSB.
- b) Acompanhar e supervisionar a entrega dos produtos especificados, dispondo equipe técnica qualificada, em conformidade com as exigências legais, para desenvolvimento dos trabalhos.
- c) Efetuar os pagamentos à contratada, mediante validação dos produtos entregues.
- d) Garantir a operacionalização dos trabalhos até a conclusão da versão final do PMSB.

7.3.2 Compete ao CBHSF

- a) Apoiar as ações de divulgação de todo o processo de elaboração do Plano.
- b) Participar das reuniões de planejamento com as partes.

7.3.3 Compete ao Município

- a) Assinar o Termo de Compromisso, assumindo as responsabilidades cabíveis, previamente à contratação do PMSB.
- b) Fornecer suporte técnico e disponibilizar informações e documentação necessárias à adequada execução dos trabalhos.
- c) Indicar técnicos dos órgãos e entidades municipais e dos prestadores de serviços da área de saneamento e de áreas afins ao tema para, em conjunto com a equipe da Agência Peixe Vivo e da empresa contratada, compor o Grupo de Trabalho (GT –

PMSB), instância responsável pela operacionalização do processo de elaboração do PMSB.

d) Indicar, por meio de Decreto Municipal (ANEXO II), um GT – PMSB para o PMSB, instância consultiva e deliberativa responsável pela condução da elaboração do PMSB. O qual deverá ser constituído por representantes das instituições públicas e civis relacionadas ao saneamento, bem como por representantes de organizações da sociedade civil (entidades profissionais, empresariais, movimentos sociais, ONGs), além de representantes dos conselhos municipais, da Câmara de Vereadores, do Ministério Público e outros.

e) Disponibilizar espaço físico e apoiar a realização das reuniões e consultas públicas previstas.

f) Apoiar as ações de divulgação de todo o processo de elaboração do Plano.

g) Ao final dos trabalhos, viabilizar a aprovação do PMSB na Câmara Municipal de Vereadores.

h) Zelar pela divulgação do trabalho e execução dos Programas, Projetos e Ações propostos, após a finalização do PMSB.

7.3.4 Compete à PRO BRAS

a) Realizar os trabalhos contratados conforme especificado neste TR e de acordo com Cláusulas estipuladas em Contrato.

b) Fornecer informações à Diretoria Técnica da Agência Peixe Vivo, sempre que solicitada, sobre os trabalhos que estão sendo executados.

c) Comparecer às reuniões previamente agendadas, munida de informações sobre o andamento dos Produtos em elaboração.

A PRO BRAS é formada por equipe técnica multidisciplinar na qual serão destacadas as suas responsabilidades no quadro 3.

Quadro 3: Responsabilidade da Equipe Técnica

Equipe de Trabalho	
Nome	Responsabilidade
Ricardo de Medeiros Moreira	Responsável por coordenar o Projeto;
Vera Christina Vaz Lanza	Responsável pelo eixo de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
Leonardo Miranda Laborne Mattioli	Responsável pelo eixo de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
Marle José Ferrari Junior	Responsável pelo eixo de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;
Carlos Roberto de Freitas Borges	Responsável pela avaliação dos aspectos econômicos-financeiros de serviços de saneamento;
Rômulo Antônio Bellico Fonseca	Responsável pelos trabalhos jurídicos relativos à elaboração e desenvolvimento de Planos de Saneamento Básico e a legislações referentes ao saneamento e meio ambiente;
Rosilene Ferreira Lima	Responsável pela mobilização social na área de saneamento básico;
Geraldo de Souza Morais	Responsável pelo geoprocessamento e trabalhos com imagens de satélite, fotografias aéreas, desenhos, cartográficos e aplicativos CAD, comprovada por meio de atestados técnicos;
Equipe de Apoio	
Fernanda Aparecida Ribeiro Braga	Responsável pela comunicação social , projeto gráfico e diagramação;
Emiliane Gomes Tragino	Responsável por auxiliar nas mobilizações sociais;
Humberto de Paula Cunha	Responsável por auxiliar em levantamento de campo;
Rosária Gomes da Silva	Responsável por revisar, formatar e editar documentos.

Fonte: Autor, 2017.

7.4 Mecanismos para a divulgação

Com intuito de garantir a divulgação dos trabalhos a serem realizados, como também assegurar a participação da sociedade das mais diferentes regiões do território municipal na elaboração do PMSB, faz-se necessário o estabelecimento e detalhamento dos mecanismos, matérias e métodos a serem utilizados:

- **Propaganda na imprensa escrita local:** publicação de nota na página de anúncios.
- **Convites:** os convites serão distribuídos para os membros GT – PMSB, além de

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



autoridades e representações sociais no município.

- **Divulgação em sites e mídias sociais:** Os convites e notícias sobre os eventos serão divulgados através dos sites do CBHSF, Agência Peixe Vivo, Prefeitura Municipal e PRO BRAS (Site, Facebook e Instagram).
- **Divulgação em rádio:** a divulgação via rádio será feita de forma a atingir o maior número possível de ouvintes.
- **Panfletos:** serão distribuídos da forma mais ampla possível, buscando atender ao maior número possível de residências e estabelecimentos comerciais.
- **Cartazes:** fixados em locais de grande movimento como escolas, centros comerciais, locais de feira, igrejas, sindicatos, sedes comunitárias, entre outros locais.
- **Faixas:** fixadas em áreas de grande visibilidade e movimento, alcançando o maior número possível de transeuntes.
- **Carro de som ou similar:** com um texto claro e objetivo o carro deverá circular pela cidade, informando a população o assunto da reunião, dia, local e hora.
- **Questionários:** utilizados para caracterização residencial serão distribuídos nas escolas, pelas agentes de saúde e disponibilizados em locais estratégicos para preenchimento.
- **Agentes de saúde e epidemiologia:** durante as visitas diárias, estas devem repassar a informação da elaboração do PMSB aos munícipes e ainda convidá-los a participar das apresentações e oficinas a serem realizadas.
- **stand:** para cobertura de eventos no município, a PRO BRAS ergue seu stand para divulgar o PMSB, o qual se presta à facilitar a participação de todos e dar ciência aos trabalhos desenvolvidos, assim como avaliar a situação do saneamento básico da referida localidade.

O detalhamento dos materiais, métodos e meios de divulgação, comunicação e mobilização social encontram-se especificados no Capítulo 8 – Plano de Mobilização e Comunicação Social deste documento.

8 PLANO DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Este Capítulo descreve o Plano de Mobilização e Comunicação Social (PMCS), em atendimento ao TR e Lei nº 11.445/07, que servirá como instrumento norteador da participação social, condição básica para elaboração e legitimação do PMSB.

O PMCS conta com ações e estratégias que irão viabilizar o processo de informação e interlocução entre o poder público e a sociedade civil, mecanismos de disponibilização, repasse e facilitação da compreensão das informações; consulta e manifestação pública; elaborado com o intuito de motivar a população ao exercício da cidadania, a socialização de experiências e o debate democrático e transparente de ideias sobre os problemas locais relacionados ao saneamento básico.

Neste sentido, a Política Nacional de Saneamento Básico estabelece a participação e o controle social como prioridades em todas as etapas dos Planos, desde sua elaboração até o monitoramento das ações implementadas, garantindo o processo permanente de promoção do envolvimento dos cidadãos, movimentos sociais, representantes de entidades e dos diversos setores afeitos à temática; não somente porque asseguram a gestão participativa, mas principalmente porque o cidadão passa a se reconhecer como co-autor e, portanto, responsável, juntamente com os setores público e privado, pelo sucesso de sua implementação.

As ações estão orientadas e planejadas de forma integrada e processual, abrangendo o maior número possível de conjuntos de instrumentos de comunicação e de mobilização social dos cidadãos, das organizações e do poder público, convergindo aos propósitos para a resolução de conflitos, transparência dos processos decisórios e o foco no interesse coletivo.

O PMCS tem por missão fornecer à população o conhecimento sobre o que é saneamento básico, de acordo com os quatro eixos, qual a sua importância e, ao mesmo tempo, buscar junto à comunidade os subsídios necessários que contribuirão para o aprimoramento do conteúdo das propostas de ações e metas dos projetos, de maneira que se possam atender às expectativas e anseios da população de todo o município.

O foco do PMCS é estabelecer instrumentos e estratégias para a realização de ações de divulgação do PMSB, com auxílio do GT – PMSB e das secretarias municipais de educação e saúde, conforme ilustrado na Figura 15.



Figura 15: Foco de atuação do Plano de Mobilização e Comunicação Social.

Fonte: Termo de Referência do PMSB do Alto São Francisco, 2017.

A metodologia adotada contempla, entre outras ações e atividade de divulgação, seis momentos distintos na elaboração do PMSB:

- Reunião pública para a divulgação do PMSB.
- Reunião pública para a divulgação do Diagnóstico atual dos serviços de saneamento básico.
- Audiência pública para apresentar o resultado do Diagnóstico atual dos serviços de saneamento básico.
- Reunião pública para a divulgação dos Programas e Ações.
- Audiência pública para apresentar o resultado dos Programas e Ações.
- Solenidade de entrega do PMSB.

Em todos os eventos, faz-se necessário uma divulgação eficaz que garanta, no mínimo, o alcance das diferentes regiões administrativas e distritos afastados de todo o território do município.

Trata-se de um fator preponderante para viabilizar as ações mobilizadoras, através de condições para a participação e manutenção dos atores sociais e do desenvolvimento de processos e canais de comunicação entre o poder público e a sociedade civil. Além disso, determina-se, em papéis específicos e na elaboração do PMSB, a responsabilidade compartilhada, a qual acarreta compromissos na sua implementação e na sustentabilidade dos serviços implantados, sendo estes fatores fundamentais para o alcance de resultados positivos da política pública.

Desta forma, os procedimentos propostos e explicitados nos subitens deste capítulo se traduzem em oportunidades de reunir pessoas com os mesmos interesses, dispostas a contribuir com o processo e criar espaços que suscitem reflexões e fortalecimento das ações voltadas para a elaboração do PMSB, a partir das tradições socioculturais presentes e da participação coletiva.

8.1 Objetivo

Considerando que o PMCS deve assumir papel sensibilizador, provocador e condutor desse diálogo com a sociedade civil, o presente plano visa nortear as ações que irão viabilizar o cumprimento destes papéis. Portanto, deverá seguir tais definições:

- Apresentar e conceituar saneamento básico e seus quatro pilares: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e manejo das águas pluviais.
- Desenvolver, junto à sociedade, a noção de responsabilidade coletiva na preservação e conservação dos recursos naturais.
- Definir mecanismos de divulgação e comunicação para disseminar e permitir o acesso às informações, de modo a facilitar a compreensão sobre os serviços prestados e possibilitar a avaliação das etapas do PMSB.
- Definir instrumentos, estratégias e mecanismos de mobilização e comunicação social que garantam à população o acesso à informação, à participação e ao controle social, visando assegurar as condições necessárias para a elaboração e legitimação do referido Plano.



- Estabelecer canais de comunicação (via telefone, e-mail, redes sociais e formulários impressos) para recebimento de sugestões, críticas e comentários, garantindo-se a avaliação das necessidades e dos anseios da sociedade no processo de desenvolvimento do PMSB.
- Definir meios para a realização de reuniões e audiências públicas abertas à população, para discussão, participação e conhecimento na formulação do PMSB, incluindo a recepção de dados de saneamento.
- Envolver a sociedade durante todo o processo de elaboração do PMSB, principalmente nos eventos públicos, de maneira ou em caráter democrático, participativo e considerando sua função social.
- Desenvolver e estimular formas de acompanhamento e envolvimento dos vários atores e segmentos sociais no processo de elaboração do PMSB.
- Estimular a criação e a consolidação de grupos representativos da sociedade, para discutir e fiscalizar o saneamento, pós-elaboração do PMSB.
- Debater informações técnicas coletadas em campo com a população municipal e definir a hierarquização das ações consideradas prioritárias para a sociedade.
- Envolver a população na discussão das potencialidades dos problemas de salubridade e saneamento ambiental e suas implicações.
- Sensibilizar a administração municipal para o fomento de ações de educação ambiental e mobilização social de forma permanente.
- Buscar apoio das organizações sociais existentes na cidade para divulgação do PMSB, bem como para apoiar sua elaboração.
- Envolver os gestores e técnicos municipais para a continuidade das ações de educação ambiental e de saúde pública na mobilização social, possibilitando que os planos e projetos elaborados pelo PMSB sejam uma realidade no município.

8.2 Recursos utilizados

Os recursos definidos para a mobilização e comunicação social, na divulgação das etapas de elaboração do PMSB e auxílio na coleta de informações junto à população, foram estabelecidos com o intuito de se obter maior abrangência e participação pública.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



Cabe ressaltar que cada localidade receberá o tipo de divulgação mais adequada, considerando a extensão territorial, as condições físicas de acesso e, ainda, o método mais adequado ao costume do local.

Os materiais e meios de divulgação discriminados, a seguir, serão utilizados na medida em que forem ocorrendo as etapas de mobilização.

As faixas (Figuras 16 e 17) deverão ser instaladas em pontos estratégicos e de maior movimento no município, tais como: praça central, entrada da cidade, Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, escolas, fórum e demais localidades. Este recurso tem como intuito informar a toda população que o PMSB está sendo elaborado.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



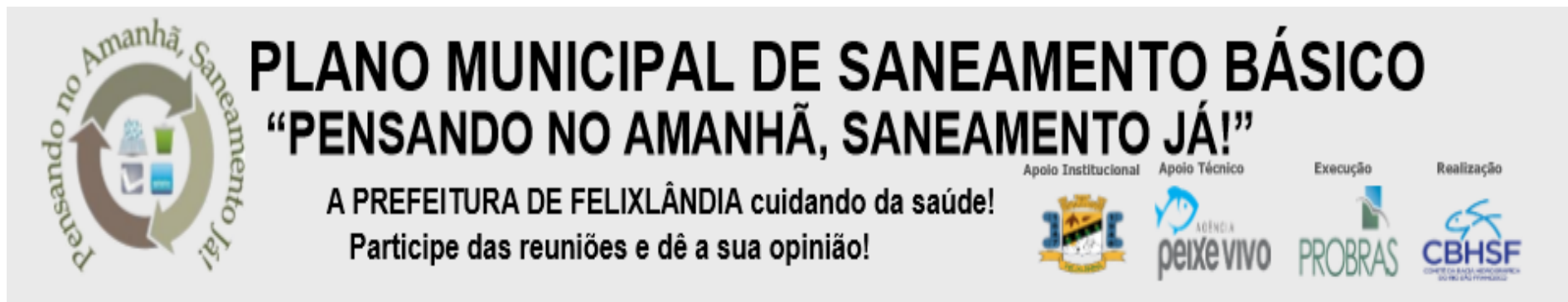


Figura 16: Modelo de faixa de divulgação

Fonte: Autor, 2017.



Figura 17: Exemplos de Faixas fixadas nos municípios durante a elaboração do PMSB

Fonte: Autor, 2015.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução




Realização



Os cartazes e *folders* (Figuras 18 e 19) a serem utilizados visam informar e apresentar a população qual a importância do saneamento básico e quais os pilares de trabalho a serem desenvolvidos no município.

Plano Municipal de Saneamento Básico de Felixlândia







O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF, a Agência Peixe Vivo, juntamente com a Prefeitura Municipal de Felixlândia, pensando na saúde e no meio ambiente de vossa cidade, em parceria com a PROBRAS, estão desenvolvendo o **PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO** que cuidará da água, do esgoto, dos resíduos sólidos e da drenagem pluvial.

Participe você também!

LOCAL: _____ DATA: / / _____ HORÁRIO: _____

Apoio Institucional



Prefeitura de Felixlândia
www.felixlandia.mg.gov.br

Apoio Técnico



AGÊNCIA **peixe vivo**
www.agenciapeixe vivo.org.br

Execução



PROBRAS
www.probras.com.br

Realização



CBHSF
COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO
www.cbhsaofrancisco.org.br

CONTRIBUA COM SUA OPINIÃO

Figura 18: Modelo de Cartaz

Fonte: Autor, 2017.



Figura 19: Modelo de folder

Fonte: Autor, 2017.

Os convites (Figura 20) serão utilizados para convocar a população, o GT – PMSB, CBHSF, Agência Peixe Vivo e demais associações municipais a participarem das reuniões de Divulgação e apresentação do Diagnóstico, dos Programas e ações e para a solenidade de entrega final do PMSB.

Estes convites serão entregues individualmente para os atores estratégicos como: Membros do GT-PMSB, CBHSF, Agência Peixe Vivo, autoridades municipais e cidadãos envolvidos com a questão.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



CBHSF
COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF, convida para a solenidade da assinatura Oficial do “Termo de Compromisso” para a “Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico”, entre o CBHSF, Agência de Águas Peixe Vivo e as Prefeituras Municipais de Piedade dos Gerais, Piracema, Serra da Saudade, Felixlândia e São José da Lapa, no dia 28/07/2017 às 14h, no auditório da COPASA, localizado na Rua Mar de Espanha, nº 525, Bairro Santo Antônio – CEP 30.330-900 – Belo Horizonte – MG.

Programação:
13 h- Credenciamento
14h - Solenidade Oficial de Assinatura do Termo de Compromisso

SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE!

cbhsaofrancisco.org.br

Secretaria do Comitê: Rua Cardão, 166, 6º andar, Centro - Belo Horizonte - MG - CEP: 30120-010
 (31) 3201-2500 - se.cbsaofrancisco.org.br - www.cbhsaofrancisco.org.br
 Assessoria Técnica: Rua Mar de Espanha, 525 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte - MG - CEP: 30330-900
 Assessoria de Comunicação: comunicacao@cbhsaofrancisco.org.br

Acompanhe as ações e projetos do CBHSF por meio do nosso portal e redes sociais

Apoio Institucional: Prefeitura de Piedade dos Gerais, Prefeitura de Piracema, Prefeitura de Serra da Saudade, Prefeitura de Felixlândia, Prefeitura de São José da Lapa.

Realização: Agência Peixe Vivo, PROBRAS.

Figura 20: Convite da reunião de Assinatura do Termo de Compromisso

Fonte: Autor, 2017.

O Stand PRO BRAS (Figura 21) será utilizado nos eventos festivos de acordo com a necessidade do município. Esse modelo de divulgação tem por objetivo aproximar a população dos trabalhos referentes ao PMSB, quando poderão ser feitas explanações e discussões com a mesma, sobre a atual situação do saneamento básico municipal, bem como debatidas as propostas de programas e ações que visam ao acesso e à universalização destes serviços a todos.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização





Figura 21: Modelo de Stand para participação em eventos municipais

Fonte: Autor, 2015.

Os *spots* (Figura 22) têm como objetivo comunicar e convidar a população para participar e debater assuntos relativos à elaboração do plano. Serão transmitidos nas rádios locais, nos carros de som e/ou motos de som, sempre antecedendo os eventos.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, em parceria com a Prefeitura Municipal de Felixlândia e a PRO BRAS Empreendimentos Sustentáveis, estão elaborando o Plano Municipal de Saneamento Básico e convidam toda a população a participar da reunião que será realizada para dar continuidade ao trabalho.

O Plano Municipal de Saneamento Básico servirá como ferramenta ao município de Felixlândia de maneira a proporcionar melhorias no desenvolvimento social da população e, principalmente, avanço nas condições sanitárias e na preservação do meio ambiente.

Esta solenidade acontecerá no dia __, _____ de ____ às __ horas.

A sua participação é de suma importância para o crescimento da nossa cidade.

Venha participar!

Figura 22: Modelo de spot a ser transmitida pela rádio

Fonte: Autor, 2017.

Os sites do CBHSF (www.cbhsaofrancisco.org.br), da Agência Peixe Vivo (www.agenciapeixevivo.org.br), da Prefeitura Municipal (www.piracema.mg.gov.br) e da PRO BRAS (www.probras.com.br), apresentados na Figura 23, além das redes sociais da PRO BRAS (Figura 24) são excelentes veículos de divulgação dos trabalhos em elaboração, como também um canal de fácil acesso a toda população.

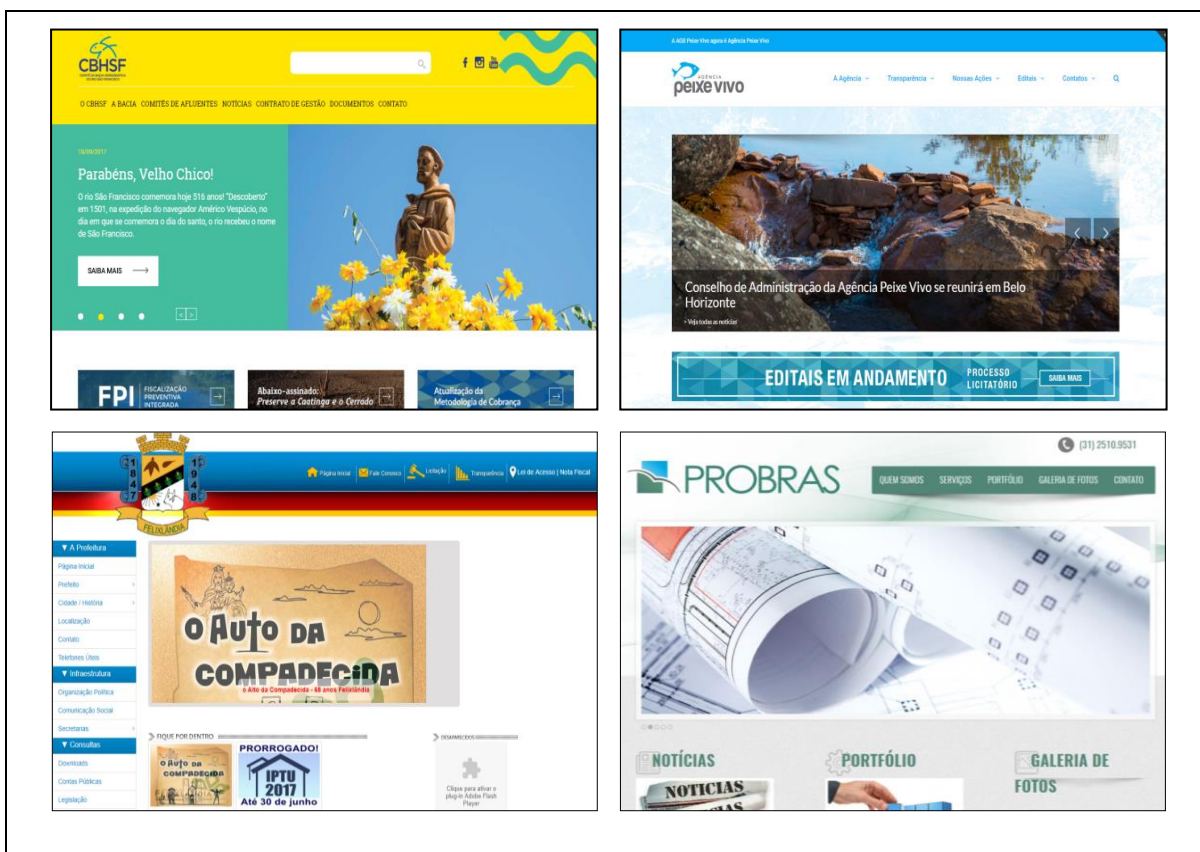


Figura 23: Modelos de mídias digitais

Fonte: Autor, 2017.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



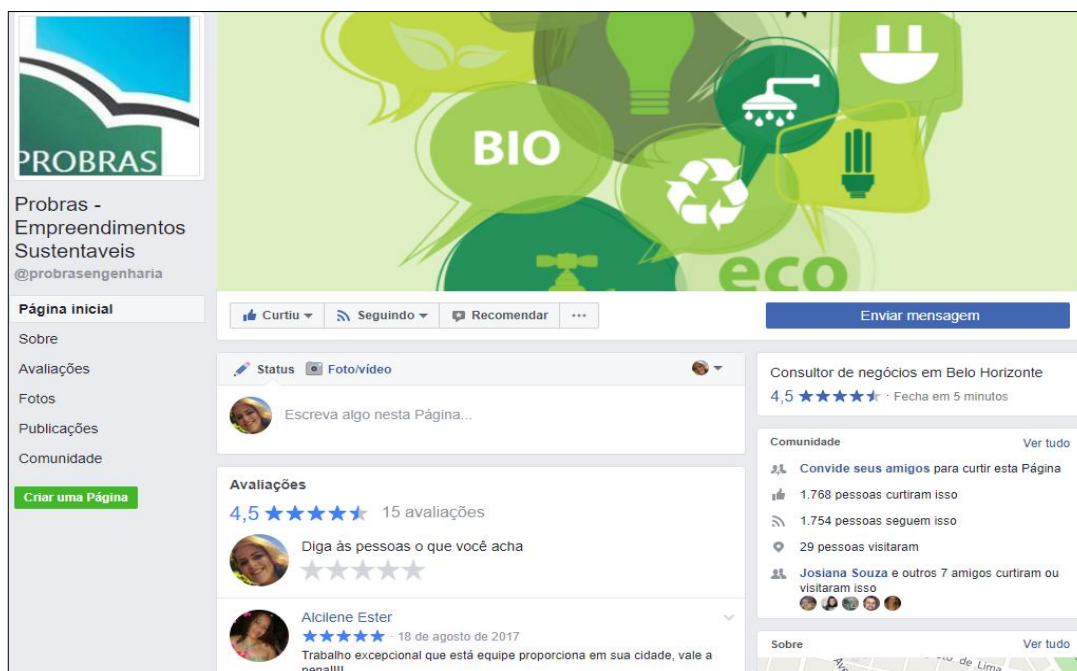


Figura 24: Modelo de rede social – Facebook


Fonte: Autor, 2017.

Serão utilizados como estratégia de comunicação com os cidadãos, os serviços de ouvidoria nos canais descritos a seguir:

- ✓ Telefone: (31) 2510-9531
- ✓ E-mail: mobilizacaosocial@probras.com.br
- ✓ Facebook: www.facebook.com/probrasengenharia
- ✓ Instagram: @sustentavel.probras
- ✓ Site: www.probras.com.br

Nesses canais, a comunidade poderá expressar suas opiniões e realizar questionamentos que serão repassados ao GT – PMSB, para que defina a condução das ações. As redes sociais serão primordiais para divulgação dos eventos e etapas de divulgação do PMSB.

Para auxiliar no levantamento de dados e captar informações referentes ao saneamento básico nas residências de cada localidade do município, será disponibilizado à população um questionário (Figuras 25 e 26), o qual identifique, assim, os problemas recorrentes deste serviço e a estrutura municipal nos 4 eixos do saneamento básico.



PESQUISA DE CAMPO – PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIXLÂNDIA
PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
“Pensando no amanhã, Saneamento Já!”

FOLHA DE COLETA DE DADOS

O Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco – CBHSF, a Agência de Bacia Peixe Vivo e a Prefeitura Municipal estão elaborando o Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB no qual irá buscar a melhoria da qualidade de vida de toda a população. A fim de caracterizar cada residência do município, solicitamos que vocês responsáveis preencham este questionário e o envie preenchido para a escola, preferencialmente no dia seguinte ao seu recebimento.

Sua participação é fundamental para o desenvolvimento de um melhor trabalho.
 Contamos com a colaboração de todos, muito obrigada!

Nome do Entrevistador: _____

Nome do Proprietário: _____

Endereço (AV/Rua): _____ Nº: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____

DISTRITO: () SUBDISTRITO: () ÁREA RURAL ()

DADOS DO IMÓVEL

1. A residência é: Própria () Alugada () Invasa () Cedida ou emprestada () Outro ()

2. Quantas pessoas residem no imóvel? _____

3. Quantidade de adultos: _____ 3.1 Quantidade de crianças: _____

CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

4. O imóvel é: Casa () Barracão () Barraca de Lona () Outro ()

5. O imóvel está perto de alguma área de risco: Sim () Não ()

Se Sim, qual o tipo de risco: Encosta () Rio () Eletricidade () Outro ()

CONDIÇÕES SANITÁRIAS DO IMÓVEL

6. De onde vem a água de sua residência? Mina () Poço () Rio () Caminhão () COPASA ou SAAE ()

7. A água que chega até sua casa é: Boa, muito bem tratada () Ruim, poderia ser mais limpa () Não tenho água em casa ()

8. O serviço de fornecimento de água é feito pela prefeitura? Sim () Não ()

9. Qual o destino do esgoto de sua residência?
 Fossa Séptica () Fossa Negra () Rede pública () Céu aberto ()

10. Na sua residência existe vaso sanitário? Sim () Não ()





Apoio Institucional:  Apoio Técnico:  Execução:  Realização: 

Figura 25: Modelo de questionário para levantamento de dados – Frente

Fonte: Autor, 2017.

11. É comum faltar água na rua? Sim () Não ()

12. Se sim, com qual frequência? Sempre () De vez em quando () Quase nunca () Nunca ()

13. Existe interrupção programada no fornecimento de água em algum dia na semana na sua rua?
Sim () Não ()

14. Existe coleta de lixo na sua casa? Sim () Não ()

15. Quantas vezes por semana o lixo é coletado em sua casa? _____

15.1 Você acha que essa quantidade é satisfatória? _____

16. NÃO EXISTINDO coleta de lixo na sua residência como é feita a eliminação do mesmo?
() É queimado (Na propriedade)
() É enterrado (Na propriedade)
() É jogado em terreno baldio (Áreas não habitadas perto da sua casa)
() É jogado em ribeirão ou rio
() Tem outro destino

16.1 Existe acúmulos de entulhos/lixo em lotes vagos ou áreas livres próximos à sua casa?
Sim () Não ()

17. Você sabe o que é coleta seletiva? Sim () Não ()

17.1 Existe coleta seletiva de lixo no seu bairro? Sim () Não ()

18. Você separa material cortante do restante do lixo? Sim () Não ()

19. Existe rede de coleta de água de chuva na sua residência? _____

20. A água de chuva e de esgoto são lançados no mesmo local? Sim () Não ()

21. Em época de chuva existe algum risco de transbordamento de rio, águas de encostas que ameaçam e sua residência? Sim () Não ()

22. Existe algum tipo de infestação de animais, insetos, etc.? Sim () Não ()

22.1 Essas infestações ocorre em somente em períodos de chuva? Sim () Não ()

22.2 Se não, qual a frequência? Sempre () De vez em quando () Quase nunca () Nunca ()

23. Existe algum problema relacionado a saneamento básico (água, esgoto, lixo e drenagem) que você gostaria de deixar registrado? _____





Apoio Institucional:  Apoio Técnico:  Execução:  Realização: 

Figura 26: Modelo de questionário para levantamento de dados– Verso

Fonte: Autor, 2017.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



Esse questionário será aplicado através de três veículos distintos:

1º Veículo: Agentes de saúde, por meio do Programa da Saúde da Família – PSF, que percorrem todo o município, contando com 51 agentes de saúde/endemias.

2º Veículo: Escolas, através dos alunos que receberão o questionário como dever de casa, envolvendo também os pais. A aplicação dos questionários ocorrerá, segundo a distribuição nas escolas:

- Escola Municipal D. Maria Sofia
- Escola Municipal Major Salvo
- Escola Municipal Nossa Senhora da Piedade
- Escola Municipal Tereza da Costa Bravo
- Escola Municipal Antônio Joaquim Campos
- Escola Municipal Pedro Epifânio
- Centro M.E.I. Renascer
- Centro Solidário e Infantil
- Escola Municipal Sebastião Campos Valadares
- Escola Municipal Antônio Januário Moura
- Escola Municipal Sementinha do Saber
- Escola Municipal Cel. Antônio Barbosa Araújo

3º Veículo: A equipe técnica da PRO BRAS aplicará os questionários durante eventos que ocorrerem no município no período de levantamento de dados.

8.3 Ações e Atividades Propostas

Com base nas premissas anteriores, neste item, serão discriminadas as ações e atividades de divulgação que culminarão na mobilização e comunicação social. Estas ações terão o intuito de instruir a população sobre os quatro eixos de saneamento, conscientizar sobre a responsabilidade coletiva e preservação dos recursos naturais, buscando a participação efetiva na elaboração nos produtos do PMSB.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



Cada fase é organizada a partir dos objetivos do PMSB e do Plano de Mobilização e Comunicação Social, além de ser caracterizada por atividades específicas que resultam na elaboração de todas as etapas explícitas no TR. A Figura 27 apresenta o fluxograma dos produtos e seus eventos a serem realizados.

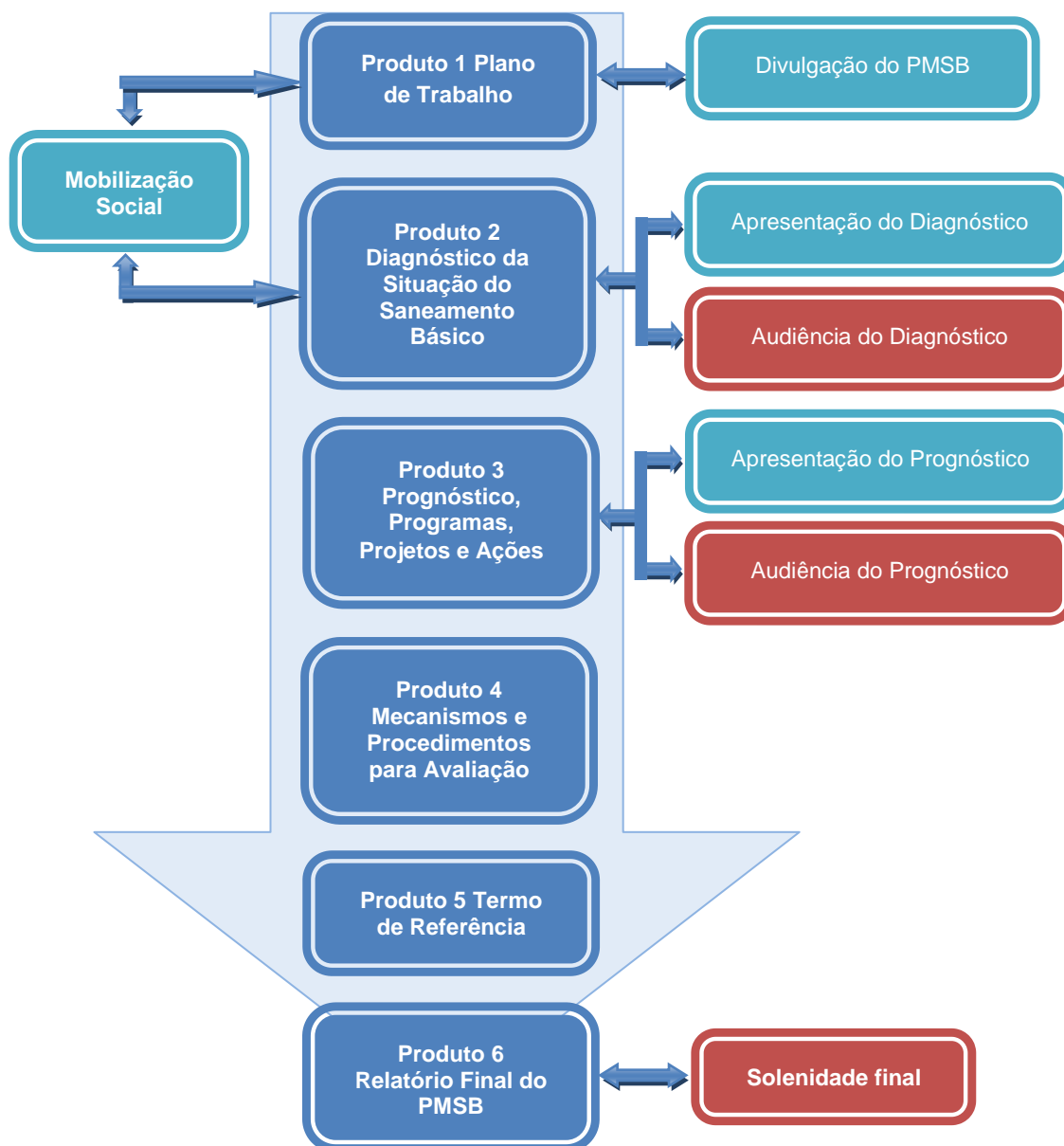


Figura 27: Fluxograma das Atividades Técnicas e de Mobilização Social

Fonte: Autor, 2017.

A metodologia de trabalho a ser utilizada para as atividades e mobilização social, encontra-se descrita nos itens 8.3.2.1 e 8.3.3 a 8.3.7. O cronograma de reuniões, Tabela 1, apresenta a o número de eventos que ocorrerão durante a elaboração do PMSB.

8.3.1 Solenidade de Assinatura do Termo de Compromisso

No dia 28 de julho de 2017, ocorreu a solenidade de assinatura do Termo de Compromisso (ANEXO III) para a Elaboração do PMSB (lista de presença e ata de reunião encontram-se nos ANEXOS IV e V).

O termo foi assinado entre o CBHSF, Agência Peixe Vivo e o município de Felixlândia.

Esta solenidade teve como intuito estreitar o relacionamento entre os gestores municipais, os representantes do CBHSF e da Agência Peixe Vivo, além de apresentar a PRO BRAS, empresa responsável pela execução do plano.

O evento contou com a presença de representantes da FUNASA, COPASA, CBHFS e Agência Peixe Vivo, órgãos públicos essenciais para o desenvolvimento do PMSB.

As imagens representadas na Figura 28 ilustram a solenidade de assinatura do Termo de Compromisso.





Figura 28: Fotos da Reunião de Assinatura do Termo de Compromisso

Fonte: Autor, 2017.

8.3.2 Reunião para a Divulgação do PMSB e Apresentação do Plano Trabalho

A reunião para a divulgação do PMSB e apresentação do plano de trabalho ocorreu no dia 05 de setembro de 2017, na Secretaria de Educação de Felixlândia (lista de presença e ata de reunião encontram-se no ANEXO VI).

Esse evento contou a participação da população, do GT-PMSB e da equipe PRO BRAS, onde foi explanado sobre “O que é o PMSB” e seu enquadramento na Lei Federal Nº 11.445/2007, bem como descreveu as etapas do plano, suas vantagens para o município e as responsabilidades dos atores envolvidos.

As imagens da reunião e o convite distribuído encontram-se nas Figuras 29 e 30.



Figura 29: Reunião inicial com GT-PMSB de Felixlândia

Fonte: Autor, 2017.

CBHSF
COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF, convida para a reunião do 1º Encontro para a apresentação do Plano de Trabalho “Produto 1” do Plano Municipal de Saneamento Básico, que está sendo elaborado pela **PRO BRAS** em parceria com o CBHSF, Agência Peixe Vivo e a Prefeitura Municipal de Felixlândia, no dia **05/09/2017** às 15h, no Clube Municipal, Rua Osvaldo Cruz nº 12, Centro, Felixlândia-MG, antigo prédio do CNEC.

Programação:
15 h- Apresentação do Plano de Trabalho - Produto 1

SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE!

Acompanhe as ações e projetos do CBHSF por meio do nosso portal e redes sociais
cbhsaofrancisco.org.br

Secretaria do Comitê: Rua Carijós, 196, 5º andar, Centro - Belo Horizonte - MG - CEP: 30120-060
(31) 3207-8500 - secretaria@cbhsaofrancisco.org.br - www.cbhsaofrancisco.org.br
Atendimento aos usuários de recursos hídricos na Bacia do Rio São Francisco: 0800-031-1607
Assessoria de Comunicação: comunicacao@cbhsaofrancisco.org.br

apoio institucional Felixlândia
realização
apoio técnico
execução

AGÊNCIA PEIXE VIVO
PROBRAS
CBHSF

Figura 30: Convite para a reunião de apresentação do Plano de Trabalho

Fonte: Autor, 2017.

Para este evento de divulgação do PMSB e apresentação do Plano de Trabalho, foram utilizados os recursos descritos no Quadro 4.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



Quadro 4: Recursos utilizados na divulgação do lançamento do PMSB

FICHA TÉCNICA:			
Divulgação para o Lançamento do PMSB			
Data do início da divulgação: 21/ 08/ 2017			
Data do término da divulgação: 05/ 09/ 2017			
Data da reunião: 05/09/2017			
Recursos a serem utilizados	Quantitativos sugeridos	Custo unitário estimado (R\$)	Custo Total (R\$)
Cartazes	50	1,50	75,00
Panfletos	740	0,15	111,00
Faixa	6	100,00	600,00
Propaganda em imprensa escrita local	1	150,00	150,00
<i>Coffee Break</i>	1	160,00	160,00
Total			1.096,00
Rosilene Ferreira Lima Nome do profissional responsável pelos trabalhos de Mobilização Social			

Fonte: Termo de Referência do PMSB do Alto São Francisco, 2016.

8.3.2.1 Reuniões por setores

Para as reuniões de apresentação, serão utilizados os recursos do item 8.2 deste documento, que visam demonstrar que o PMSB está sendo elaborado e qual a sua importância para o município, além de convocar a população para participação dos eventos e estabelecer um vínculo interativo.

Com o intuito de envolver a comunidade nos eventos de forma dinâmica e para o relato da situação real do saneamento, serão disponibilizados formulários conforme modelo das Figuras 31 e 32.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIXLÂNDIA

Estado de Minas Gerais

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – DIAGNÓSTICO TÉCNICO


PARTICIPATIVO

Coordenador: _____ Função: _____ Tel.: _____ E-mail: _____		PILARES DO SANEAMENTO <input type="checkbox"/> Abastecimento de água <input type="checkbox"/> Esgotamento sanitário <input type="checkbox"/> Resíduos sólidos <input type="checkbox"/> Drenagem pluvial	
Membros da equipe:	Função/Atividade:	Telefone:	E-mail:
1-			
2-			
3-			
4-			
5-			
6-			


DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO PARA O SANEAMENTO BÁSICO MUNICIPAL

Atividade	Local	Situação	Causa


Apoio institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização




Figura 31: Modelo de formulário para o diagnóstico – Parte 1

Fonte: Autor, 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIXLÂNDIA

Estado de Minas Gerais


PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – DIAGNÓSTICO TÉCNICO

PARTICIPATIVO


Atividade	Local	Situação	Causa

Atividade	Local	Situação	Causa


Apoio institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização




Figura 32: Modelo de formulário para o diagnóstico – Parte 2

Fonte: Autor, 2017.

8.3.3 Reunião de divulgação do Diagnóstico

A reunião será realizada para apresentar o Diagnóstico da situação atual dos serviços de saneamento básico, objetivando sensibilizar e conscientizar a população quanto à importância da qualidade na prestação de serviços de saneamento básico, além da relevância da participação social para o PMSB.

A participação comunitária não deve se limitar apenas em obter informações sobre “como funcionam o sistema de saneamento básico”, mas se refere ao exercício da cidadania.

Nesta ocasião será disponibilizado à população e ao GT – PMSB um formulário (Figuras 33 e 34) para levantamento de dados referentes à elaboração do Prognóstico, sendo de suma importância para o desenvolvimento do trabalho e verificação das necessidades apontadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIXLÂNDIA
ESTADO DE MINAS GERAIS
PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PMSB
PROGNÓSTICO PARTICIPATIVO

Coordenador: _____ Função: _____ Tel: _____ E-mail: _____	PILARES DO SANEAMENTO <input type="checkbox"/> Abastecimento de Água <input type="checkbox"/> Esgotamento Sanitário <input type="checkbox"/> Resíduos Sólidos <input type="checkbox"/> Drenagem Pluvial		
Membros da Equipe:	Função/Atividade	Telefones:	E-mail:



Figura 33: Modelo de formulário para o prognóstico - Parte 1

Fonte: Autor, 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIXLÂNDIA
ESTADO DE MINAS GERAIS
PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PMSB
PROGNÓSTICO PARTICIPATIVO

Atividade	Objeto	Programa	Local	Ações/Projetos	Prioridade Ação/Projeto



Figura 34: Modelo de formulário para o prognóstico - Parte 2

Fonte: Autor, 2017.

8.3.4 Audiência pública de apresentação do Diagnóstico

Audiência pública de apresentação e aprovação popular do Diagnóstico da situação do saneamento básico, tem como finalidade tornar público todo o conteúdo do produto, atingindo assim, os objetivos almejados. O documento do diagnóstico ficará à disposição da população.

A realização dessa Audiência cria um ambiente de diálogo com opiniões, críticas e sugestões entre as partes envolvidas, poder público e sociedade civil, de maneira clara, objetiva e eficiente. Este evento promove o fortalecimento da participação social e possibilita a concepção de metas para o plano de ação (Prognóstico) do PMSB.

No Quadro 5 estão apresentados os recursos estimados para a realização dos eventos.

Quadro 5: Recursos a serem utilizados na audiência de Diagnóstico

FICHA TÉCNICA:

Audiência pública do Diagnóstico do Saneamento Básico

Data do início da divulgação: 01/ 11/ 2017

Data do término da divulgação: 14/ 11/ 2017

Data da audiência pública: 14/ 11/ 2017

Capacidade de lugares recomendada: 200 pessoas

Local do evento: Clube Municipal de Felixlândia

Recursos a serem utilizados	Quantitativos sugeridos	Custo unitário estimado (R\$)	Custo total (R\$)
Cartazes	50	1,50	75,00
Panfletos	740	0,15	111,00
Convite impresso	15	0,80	12,00
Propaganda em imprensa escrita local	1	150,00	150,00
Rádio	9	25,00	225,00
Carro de som	4	50,00	200,00
<i>Coffee Break</i>	1	160,00	160,00
Total			933,00

Rosilene Ferreira Lima

Nome do profissional responsável pelos trabalhos de Mobilização Social

Fonte: Termo de Referência do PMSB do Alto São Francisco, 2016.

8.3.5 Reunião de divulgação do Prognóstico

A reunião será realizada para apresentar o Prognóstico, Programas, Projetos e Ações, e informar a população quanto às metas e ações a serem executadas, os projetos e programas a serem implantação no município, os valores a serem investidos para a concretização desses trabalhos, bem como as fontes de recursos que serão destinados.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



O Prognóstico determina a ordem de hierarquização das atividades que deverão ser planejadas, projetadas e implantadas pela prefeitura municipal, visando adequar o município frente às Leis Federais nº 11.445/2007 e nº 12.305/2010. Esse documento será elaborado com base nas informações contidas no diagnóstico técnico participativo.

8.3.6 Audiência pública de apresentação do Prognóstico

Será realizada uma audiência pública de apresentação e aprovação popular do Prognóstico, Programas, Projetos e Ações, a fim de tornar público todo o conteúdo do Produto 3, atingindo assim, os objetivos almejados. O mesmo ficará à disposição da população.

A realização desse evento tem por objetivo criar um ambiente de diálogo com opiniões, críticas e sugestões entre as partes envolvidas, para promover o fortalecimento da participação social e possibilitar a construção do PMSB.

Para a audiência pública de apresentação e aprovação popular do Prognóstico, estima-se que sejam utilizados os recursos descritos no Quadro 6.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



Quadro 6: Recursos a serem utilizados na audiência do Prognóstico

FICHA TÉCNICA:			
Audiência Pública do Prognóstico, Programas, Projetos e Ações			
Data do início da divulgação: 20/ 01/ 2018			
Data do término da divulgação: 02/ 02/ 2018			
Data da audiência pública: 02/ 02/ 2018			
Capacidade de lugares recomendada: 200 lugares			
Local do evento: Clube Municipal de Felixlândia			
Recursos a serem utilizados	Quantitativos sugeridos	Custo unitário estimado (R\$)	Custo total (R\$)
Panfletos	250	0,15	37,50
Convite impresso	15	0,5	7,50
Propaganda em imprensa escrita local	1	150,00	150,00
Rádio	9	25,00	225,00
Carro de som	2	50,00	100,00
<i>Coffee Break</i>	1	160,00	160,00
Total			680,00
<u>Rosilene Ferreira Lima</u> Nome do profissional responsável pelos trabalhos de Mobilização Social			

Fonte: Termo de Referência do PMSB do Alto São Francisco, 2016.

8.3.7 Solenidade de entrega do Plano Municipal de Saneamento Básico

Será realizada para apresentar à população o relatório final do PMSB, que faz parte de um processo, o qual objetiva provocar uma gradual mudança de atitudes e hábitos na sociedade, universalização dos serviços de saneamento básico e habilitar o município a buscar recursos frente às fontes de financiamento.

Na versão final do PMSB (Figura 35), o poder executivo deverá elaborar uma minuta de Projeto de Lei com o auxílio da PRO BRAS, que dará o suporte necessário para a

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



elaboração do documento. O Projeto de Lei deverá ser encaminhado ao poder legislativo, que por sua vez sancionará como Lei Municipal, tornando-se como Política Municipal de Saneamento Básico.

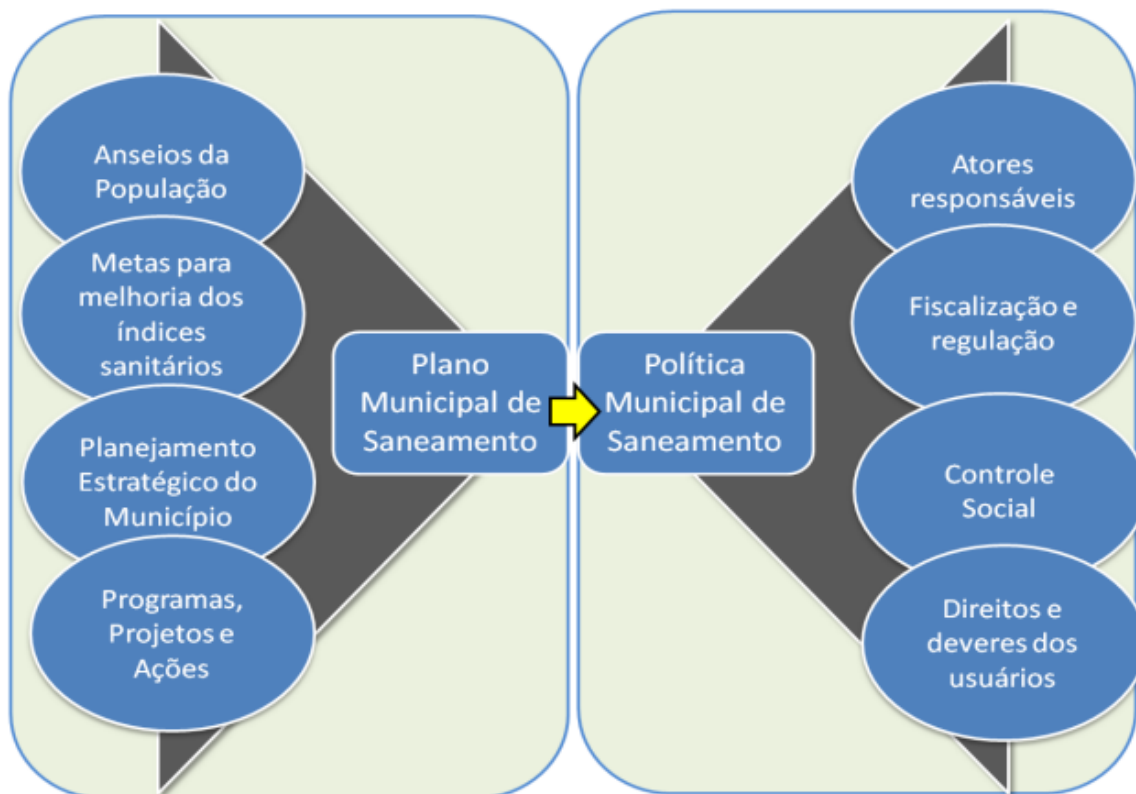


Figura 35: Plano Municipal de Saneamento Básico e Política Municipal de Saneamento Básico

Fonte: FUNASA, 2015.

A consolidação do plano acontecerá após passar pela fase de consulta e solenidade final. Nesta etapa será realizada a coleta de sugestões e contribuições finais para enriquecimento do trabalho. Os recursos estimados para a realização da solenidade, encontram-se descrito no Quadro 7.

Quadro 7: Recursos a serem utilizados na solenidade final

FICHA TÉCNICA:

Solenidade de entrega do Plano Municipal de Saneamento Básico

Data do início da divulgação: 23/ 04/ 2018

Data do término da divulgação: 03/ 05/ 2018

Data da audiência pública: 03/ 05/ 2018

Capacidade de lugares recomendada: 200 lugares

Local do evento: Clube Municipal de Felixlândia

Recursos a serem utilizados	Quantitativos sugeridos	Custos estimados (R\$)	Custo total (R\$)
Cartazes	30	1,50	45,00
Propaganda em imprensa escrita local	4	150,00	600,00
Convite impresso	40	0,80	32,00
Rádio	10	25,00	250,00
Carro de som	6	50,00	300,00
<i>Coffee Break</i>	1	370,00	370,00
Total			1.597,00

Rosilene Ferreira Lima

Nome do profissional responsável pelos trabalhos de Mobilização Social

Fonte: Termo de Referência do PMSB do Alto São Francisco, 2016.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



8.4 Cronograma

O objetivo da elaboração do cronograma (Tabela 1) é estabelecer datas, horários, público estimado e locais para a realização dos eventos do PMSB.

O cronograma poderá sofrer alterações caso as partes envolvidas (CBHSF, Agência Peixe Vivo, Prefeitura Municipal ou GT – PMSB) solicitem novas datas de agendamento com antecedência.

O planejamento é uma ferramenta norteadora e dinâmica, que pode requerer mudanças em sua configuração original em função da demanda, acarretará a incidência de eventos adicionais ao cronograma.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



Tabela 1: Cronograma das atividades

Município	Felixlândia				
Evento	Público Alvo	Expectativa de Público	Local	Dia	Horário
Apresentação do Plano de Trabalho	CBHSF, Agência Peixe Vivo, GT - PMSB e sociedade civil	40	Secretaria de Educação	05/09/17	15h00
Mobilizações sociais – Construção do Diagnóstico / Prognóstico Técnico Participativo	Coordenadores de Educação	60	Secretaria de Educação	08/09 a 19/10/17	Manhã
	Jovens estudantes	3.000	Escola M.D. Maria Sofia Escola M. Major Saluo Escola M. Sementinha do Saber Escola M. Pedro Epifânio Escola M. Nossa Senhora da Piedade Escola M. Tereza da Costa Bravo Escola M. Renascer Escola M. Coronel Antônio Barbosa de Araújo Escola M. Coronel Antônio Januário de Moura Escola M. Sebastião de Santos Valadares Escola M. Antônio Joaquim Escola M. Centro Solidário	08/09 a 19/10/17	Manhã Tarde Noite
	Profissionais da Saúde	100	Centro de saúde	08/09 a 19/10/17	Manhã

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



Município	Felixlândia				
Evento	Público Alvo	Expectativa de Público	Local	Dia	Horário
Mobilizações sociais – Construção do Diagnóstico / Prognóstico Técnico Participativo	Bairros e Comunidades: Centro, Alto Pelame, Alto Social, Anchieta, Buritis, Campina Grande, Capitão Custódio, Conj. Hab. José Caixeta, Conj. Hab. Vila de Fátima, Eldorado, Estância das Garças, Gameleira, Grecos, Ilha do Mangabal, Lago dos Cisnes, Liberdade, Nova Gameleira, Pioneiro, Ribeirão do Bagre, Santo Antônio, São Vicente, Vila do Sossego, Village do Lago, Quintas da Boa Vista, Lagoa do Meio, La Poveda, Marmelada, Barreiros, Ibiricu, Brejinho, Ibolim, Lagoinha, Grotões, Várzea Grande, Chico da Roça, Buracos, Saco Fechado e Covancos.	2.000	Clube Municipal	08/09 a 19/10/17	Tarde
	Funcionários do Sistema de Manejo dos Resíduos Sólidos	20	Secretaria de Obras	08/09 a 19/10/17	Manhã
	Associação de Materiais Reaproveitáveis Associação dos Artesões de Felixlândia Associação dos Feirantes Clube da Terceira Idade	20	Secretaria de Educação	08/09 a 19/10/17	Manhã
	Distrito de São José do Buriti	150	Salão “Lar dos idosos”	08/09 a 19/10/17	Tarde

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



Município	Felixlândia				
Evento	Público Alvo	Expectativa de Público	Local	Dia	Horário
Mobilizações sociais – Construção do Diagnóstico / Prognóstico Técnico Participativo	Distrito de São Geraldo do Salto	150	Área de Convívio Comunitário “Barraquinha Comunitária”	08/09 a 19/10/17	Tarde
Apresentação da versão preliminar do Produto 2 (Diagnóstico)	CBHSF, Agência Peixe Vivo, GT - PMSB e sociedade civil	20	Secretaria de Educação	31/10/17	15h00
Audiência Pública de Divulgação do Diagnóstico Atual dos Serviços de Saneamento Básico	CBHSF, Agência Peixe Vivo, GT - PMSB e sociedade civil	80	Clube Municipal	14/11/17	15h00
Apresentação da versão preliminar do Produto 3 (Prognóstico)	CBHSF, Agência Peixe Vivo, GT - PMSB e sociedade civil	20	Secretaria de Educação	18/01/18	15h00
Audiência Pública de Divulgação dos Programas, Projetos e Ações	CBHSF, Agência Peixe Vivo, GT - PMSB e sociedade civil	80	Clube Municipal	02/02/18	15h00
Solenidade de entrega do PMSB	CBHSF, Agência Peixe Vivo, GT - PMSB e sociedade civil	150	Clube Municipal	03/05/18	15h00

Fonte: Autor, 2017.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



9 CONCLUSÃO.

O Plano de Trabalho é a descrição do planejamento das etapas dos serviços a serem desenvolvidas no município de Piracema ao longo de 10 meses, que resultará no Relatório Final do Plano Municipal de Saneamento Básico.

O planejamento é um processo dinâmico e conta com diversas casualidades que podem afetar no cronograma original de elaboração do PMSB, porém esses contratempos não serão justificativas que impeçam o desenvolvimento do PMSB.

O PMCS proporcionará à sociedade a formação de um conceito claro do que é o saneamento básico, seus componentes e sua importância. A responsabilidade com o meio ambiente abrange tanto os órgãos públicos, quanto os setores privados e a sociedade civil, e possibilita a formação de cidadãos conscientes e participativos.

O Plano de Trabalho e o Plano de Mobilização e Comunicação Social estabelecem as estratégias para o desenvolvimento das atividades do PMSB que têm como intuito coletar todas as informações técnicas com a participação social, que deverão ser utilizadas na tomada de decisões e assim refletir na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico técnico participativo.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Peixe Vivo. Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo. Bacia do Rio São Francisco. Definição da agência e sua composição. Disponível em: <http://agenciapeixevivo.org.br/>. Acessado em: agosto de 2017.

ANA. Agência Nacional de Águas. Atlas Brasil, 2010. Resultados por município. Disponível em: <http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/Home>. Acessado em: agosto de 2017.

ANA. Agência Nacional das Águas. Cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Disponível em: <http://www2.ana.gov.br/Paginas/default.aspx>. Acessado em agosto de 2017.

Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Caracterização geral do município. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/home/index.html>. Acessado em: agosto de 2017.

Atlas de Desenvolvimento Humano. Ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>. Acessado em: agosto de 2017.

BRASIL. Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

BRASIL. Lei no 9.795 de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – 2015. – Brasília: MCIDADES.SNSA, 2017.

Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2015. Brasília: SNSA/MCIDADES, 2017.

CBHSF. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Características da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/>. Acessado em: agosto de 2017.

CBHSF. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/o-cbhsf/>>. Acessado em: Abril de 2014.

Deliberação CBHSF nº 47, de 13 de maio de 2010, aprovou a indicação da Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - Agência Peixe Vivo para desempenhar funções de Agência de Água do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Deliberação CBHSF nº 49, de 13 de maio de 2010, aprovou a minuta do Contrato de Gestão entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - Agência Peixe Vivo, indicada para Entidade Delegatária de funções de Agência de Água na Bacia do Rio São Francisco.

Deliberação CBHSF nº 88, de 10 de dezembro de 2015, aprovou o Plano de Aplicação Plurianual – PAP.

DER/MG. Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.der.mg.gov.br>. Acessado em: agosto de 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acessado em: agosto de 2017.

IGAM. Instituto Mineiro de Gestão das Águas. Cobrança pelo uso de recursos hídricos. Disponível em: <http://www.igam.mg.gov.br/>. Acessado em agosto de 2017.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



MINAS GERAIS. Decreto Estadual 43.798d e 30 de abril de 2004, instituiu o Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno da Represa de Três Marias (UPGRH-SF4).

MINAS GERAIS. Decreto Estadual nº 40.398 de 28 de maio de 1999, institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba (UPGRH-SF3).

SNIS. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto*. 2011. Brasília: MCIDADES/SNSA.

Apoio Institucional



Apoio Técnico




Execução





Realização





ANEXO I – CHECKLIST


 CHECKLIST			
PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO			
Data da Visita:			
Município:			
Local da Visita:			
Acompanhante:			Contato:
Acompanhante:			Contato:
Nº de Habitantes:	Urbano:		Total
	Rural:		
Comunidade Rural	Quantidade	Nomes	Nº Habitantes
Distritos	Quantidade	Nomes	Nº Habitantes
Localidades com casas afastadas	Quantidade	Nomes	Nº Habitantes
Bairros Zona Urbana	Quantidade	Nomes	Nº Habitantes
Nº de Domicílios	Zona Urbana		Zona Rural
Área do Município (Km ²)	Zona Urbana		Zona Rural


		
PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO		
Diagnóstico dos Aspectos Socioeconômicos e Culturais	SIM	NÃO
Caracterização da área de planejamento (área, localização, distância entre a sede municipal e municípios da região, da capital do estado e entre distritos e sede municipal, dados de altitude, ano de instalação, dados climatológicos, evolução do município e outros);		
Densidade demográfica (dados populacionais referentes aos quatro últimos censos, estrutura etária, etc.);		
Descrição dos sistemas públicos existentes (saúde, educação, segurança, comunicação, etc.) e das fontes de informação;		
Identificação e descrição da infraestrutura social da comunidade (postos de saúde, igrejas, escolas, associações, cemitérios, etc.);		
Identificação e descrição da organização social da comunidade, grupos sociais que a compõem, como se reúnem, formas de expressão social e cultural, tradições, usos e costumes, relação desses usos e costumes com a percepção de saúde, saneamento básico e meio ambiente;		
Descrição de práticas de saúde e saneamento;		
Descrição dos indicadores de saúde (longevidade, natalidade, mortalidade e fecundidade);		
Levantamento de indicadores e dos fatores causais de morbidade de doenças relacionadas com a falta de saneamento básico, mais especificamente, as doenças infecciosas e parasitárias;		
Informações sobre a dinâmica social onde serão identificados e integrados os elementos básicos que permitirão a compreensão da estrutura de organização da sociedade e a identificação de atores e segmentos setoriais estratégicos, a serem envolvidos no processo de mobilização social para a elaboração e a implantação do plano;		
Descrição dos indicadores de educação;		
Identificação e avaliação da capacidade do sistema educacional, formal e informal, em apoiar a promoção da saúde, qualidade de vida da comunidade e salubridade do município;		
Identificação e avaliação do sistema de comunicação local, as formas de comunicação próprias geradas no interior do município e sua capacidade de difusão das informações sobre o plano à população da área de planejamento;		
Descrição dos indicadores de renda, pobreza e desigualdade;		
Porcentagem de renda apropriada por extrato da população;		
Índice de Desenvolvimento Humano – IDH;		
Caracterização física simplificada do município, contemplando: aspectos geológicos, pedológicos, climatológicos, recursos hídricos, incluindo águas subterrâneas e fitofisionomia predominantes no município;		
Identificação das principais carências de planejamento físico territorial que resultaram em problemas evidentes de ocupação territorial desordenada, parâmetros de uso e ocupação do solo, definição das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS;		
Identificação da situação fundiária e eixos de desenvolvimento da cidade e seus projetos de parcelamento e/ou urbanização;		
Caracterização das áreas de interesse social: localização, perímetros e áreas, carências relacionadas ao saneamento básico e precariedade habitacional;		
Infraestrutura (energia elétrica, pavimentação, transporte e habitação), Consolidação cartográfica das informações socioeconômicas, físico territoriais e ambientais disponíveis sobre o município e região.		

 CHECKLIST PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO		
Informações Referentes à Política e Gestão dos Serviços de Saneamento Básico	SIM	NÃO
Levantamento da legislação e análise dos instrumentos legais que definem as políticas nacional, estadual e regional de saneamento básico;		
Normas de regulação e ente responsável pela regulação e fiscalização, bem como os meios e procedimentos para sua atuação;		
Programas locais existentes de interesse do saneamento básico nas áreas de desenvolvimento urbano, rural, industrial, turístico, habitacional, etc.;		
Procedimentos para a avaliação sistemática de eficácia, eficiência e efetividade, dos serviços prestados;		
Política de recursos humanos, em especial para o saneamento;		
Política tarifária dos serviços de saneamento básico;		
Instrumentos e mecanismos de participação e controle social na gestão política de saneamento básico;		
Sistema de informação sobre os serviços; e		
Mecanismos de cooperação com outros entes federados para a implantação dos serviços de saneamento básico.		

 CHECKLIST PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO		
Diagnóstico da Infraestrutura de Abastecimento de Água	SIM	NÃO
Análise crítica dos planos diretores de abastecimento de água da área de planejamento, quando houver;		
Descrição dos sistemas de abastecimento de água atuais. Essa descrição deverá englobar textos, mapas, projetos, fluxogramas, fotografias e planilhas que permitam uma caracterização satisfatória do sistema;		
Panorama da situação atual dos sistemas existentes, incluindo todas as estruturas integrantes: mananciais, captações, estações de tratamento, aduções de água bruta e tratada, estações elevatórias, reservação, redes de distribuição, ligações prediais, medição (micro e macromedição) e controle do sistema. Deverão ser informadas a capacidade instalada, eficiência de tratamento, custo operacional, etc.;		
Deverão ser informadas as principais deficiências referentes ao abastecimento de água, como frequência de intermitência, perdas nos sistemas, etc.;		
Levantamento da rede hidrográfica do município, possibilitando a identificação de mananciais para abastecimento futuro;		
Consumo per capita e de consumidores especiais;		
Informações sobre a qualidade da água bruta e do produto final do sistema de abastecimento;		
Análise e avaliação dos consumos por setores: humano, animal, industrial, turismo e irrigação;		
Balanco entre consumos e demandas de abastecimento de água na área de planejamento;		
Estrutura de consumo (número de economias e volume consumido por faixa);		
Estrutura de tarifação e índice de inadimplência;		
Caracterização da infraestrutura das instalações existentes;		
Organograma do prestador de serviço;		
Descrição do corpo funcional (números de servidores por cargo);		
Receitas operacionais e despesas de custeio e investimento;		
Apresentar os indicadores operacionais, econômico-financeiros, administrativos e de qualidade dos serviços prestados; e		
Caracterização da prestação dos serviços.		

 CHECKLIST PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO		
Diagnóstico da Infraestrutura de Esgotamento Sanitário	SIM	NÃO
Análise crítica dos planos diretores de abastecimento de água da área de planejamento, quando houver;		
Descrição dos sistemas de esgotamento sanitário atuais. Essa descrição deverá englobar textos, mapas, projetos, fluxogramas, fotografias e planilhas que permitam uma caracterização satisfatória do sistema;		
Indicação de áreas de risco de contaminação por esgotos do município;		
Análise crítica e avaliação da situação atual dos sistemas de esgotamento sanitário, incluindo todas as estruturas integrantes: ligações prediais, rede de coleta, interceptores, estações elevatórias, emissários, estações de tratamento e controle do sistema. Deverão ser informadas a capacidade instalada, eficiência de tratamento, custo operacional, etc.;		
Deverão ser informadas as principais deficiências referentes ao sistema de esgotamento sanitário;		
Levantamento da rede hidrográfica do município, identificando as fontes de poluição pontuais de esgotamento sanitário e industrial;		
Dados dos corpos receptores existentes (qualidade, vazão, usos de jusantes, etc.);		
Identificação de principais fundos de vale, por onde poderá haver traçado de interceptores; potenciais corpos d'água receptores do lançamento dos esgotos; atuais usos da água do futuro corpo receptor dos esgotos; possíveis áreas para locação da ETE (estação de tratamento de esgoto);		
Análise e avaliação das condições atuais de contribuição dos esgotos domésticos e especiais (produção per capita e de consumidores especiais); Verificar a existência de ligações clandestinas de águas pluviais ao sistema de esgotamento sanitário;		
Balanco entre geração de esgoto e capacidade do sistema de esgotamento sanitário existente na área de planejamento;		
Estrutura de produção de esgoto (número de economias e volume produzido por faixa);		
Caracterização da infraestrutura das instalações existentes;		
Organograma do prestador de serviço;		
Descrição do corpo funcional (números de servidores por cargo);		
Receitas operacionais e despesas de custeio e investimento;		
Apresentar os indicadores operacionais, econômico-financeiros, administrativos e de qualidade dos serviços prestados; e		
Caracterização da prestação dos serviços.		

 CHECKLIST		
PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO		
Diagnóstico da Infraestrutura de Manejo de Resíduos Sólidos:	SIM	NÃO
Análise crítica dos planos diretores de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos ou planos de gerenciamento de resíduos sólidos da área de planejamento, quando houver;		
Descrição da situação dos resíduos sólidos gerados, incluindo a origem, o volume e sua caracterização (domiciliares, construção civil, industriais, hospitalares e de serviços de saúde), bem como seu processamento, com base em dados secundários, entrevistas qualificadas, e inspeções locais. Essa descrição deverá englobar desenhos, fluxogramas, fotografias e planilhas que permitam um perfeito entendimento dos sistemas em operação;		
Identificação dos geradores sujeitos ao plano de gerenciamento específico nos termos do art. 20 ou a sistema de logística reversa na forma do art. 33, da Lei 12.305/2010;		
Identificação de carência do poder público para o atendimento adequado à população;		
Informações sobre a produção per capita de resíduos inclusive de resíduos de atividades especiais;		
Levantamento das práticas atuais e dos problemas existentes associados à infraestrutura dos sistemas de limpeza urbana;		
Organograma do prestador de serviço e descrição do corpo funcional (números de servidores por cargo) e identificação de possíveis necessidades de capacitação, remanejamento, realocação, redução ou ampliação da mão-de-obra utilizada nos serviços;		
Identificação das possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;		
Receitas operacionais e despesas de custeio e investimento;		
Apresentar os indicadores operacionais, econômico-financeiros, administrativos e de qualidade dos serviços prestados;		
Identificação da existência de programas especiais (reciclagem de resíduos da construção civil, coleta seletiva, compostagem, cooperativas de catadores e outros);		
Identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras.		

		
PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO		
Diagnóstico da Infraestrutura de Manejo da Drenagem Pluvial:	SIM	NÃO
Verificar a existência de Plano Diretor municipal;		
Verificar o conhecimento da legislação existente sobre parcelamento e uso do solo urbano e rural;		
Descrever o sistema de macrodrenagem (galeria, canal, etc.) e microdrenagem (rede, bocas-de-lobo e órgãos acessórios) atualmente empregado na área de planejamento. Essa descrição deverá englobar croqui georreferenciado dos principais lançamentos da macrodrenagem, desenhos, fluxogramas, fotografias e planilhas que permitam o entendimento dos sistemas em operação;		
Descrever os sistemas de manutenção da rede de drenagem;		
Identificar o nível de atuação da fiscalização em drenagem urbana;		
Verificar a existência de fiscalização do cumprimento da legislação vigente;		
Identificar os órgãos municipais com alguma provável ação em controle de enchentes e drenagem urbana e identificar suas atribuições;		
Verificar a obrigatoriedade da microdrenagem para implantação de loteamentos ou abertura de ruas;		
Verificar a separação entre os sistemas de drenagem e de esgotamento sanitário;		
Verificar a existência de ligações clandestinas de esgotos sanitários ao sistema de drenagem pluvial;		
Identificar os principais tipos de problemas (alagamentos, transbordamentos de córregos, pontos de estrangulamento, capacidade das tubulações insuficientes, etc.) observados na área urbana: verificar a frequência de ocorrência e localização desses problemas;		
Verificar a relação entre a evolução populacional, processo de urbanização e a quantidade de ocorrência de inundações;		
Verificar se existem manutenção e limpeza da drenagem natural e artificial e a frequência com que são feitas;		
Identificar e descrever dos principais fundos de vale, por onde é feito o escoamento das águas de chuva;		
Analisar a capacidade limite com elaboração de croqui georreferenciado das bacias contribuintes para a microdrenagem;		
Receitas operacionais e despesas de custeio e investimento;		
Apresentar os indicadores operacionais, econômico-financeiros, administrativos e de qualidade dos serviços prestados; e		
Verificar se o município apresenta registros de mortalidade por malária.		

Fonte: Autor, 2017.

ANEXO II – DECRETO Nº 39/2017 - FORMAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO



PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIXLÂNDIA Gabinete do Prefeito

• DECRETO Nº 1505/2017.

Nomeia os membros para a composição do Grupo de Trabalho que ficará responsável pelo acompanhamento de todas as etapas de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Felixlândia, estado de Minas Gerais Vanderli de Carvalho Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Grupo de Trabalho que irá acompanhar todas as etapas de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho será composto pelos seguintes membros:

I. **Vandence de Carvalho Barbosa**; Representante do Departamento Municipal de Educação;
Suplente: Liliany Fernandes Leite

II. **Adriano Alves Ribeiro** – Representante da Prestadora dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
Suplente: **Júlio César Santos Ribeiro**

III. **William Costa Pereira** – Representante da Prestadora dos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos;
Suplente: **Antônio Carlos Pereira**

IV. **Isadora Ferreira dos Santos** – Representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente;
Suplente: **Elza Helena Kipgen Taranto**

V. **Gino Pinto** – Vereador;
Suplente: **Sandra Fernandes Costa**

VI. **Milton Geraldo da Silva** – Representante do Departamento Municipal de Saúde;

Rua Menino Deus, 86, Centro - Felixlândia/MG - CEP 39.237-000 - Site: www.felixlandia.mg.gov.br - Telefone: +55 (38) 3753-1311





PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIXLÂNDIA

Gabinete do Prefeito

Suplente: Raquel Gonçalves Borba

VII. Paulo Grasiene Gonçalves Moreira – Representante do Departamento de Obras;

Suplente: Fábio Carvalho Alves

VIII. Wesley Henrique de Souza Lima – Chefe do Setor de Cadastro

Suplente: Wellington Ferreira da Silva

IX. Viviane Souza Teixeira – Representante do Departamento Ação Social

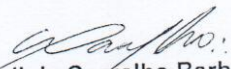
Suplente: Eliana de Araújo Souza

Art. 3º - Os membros do Grupo de Trabalho serão responsáveis por:

- I. Fornecer suporte técnico e disponibilizar todas as informações, documentos e mapas necessários à adequada execução dos trabalhos;
- II. Acompanhar a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico;
- III. Apoiar a realização dos eventos públicos previstos;
- IV. Apoiar as ações de divulgação de todo o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Felixlândia, 25 de julho de 2017.


Vanderli de Carvalho Barbosa
Prefeito Municipal de Felixlândia

PUBLICADO NO
QUADRO DE AVISOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIXLÂNDIA
em 25/07/2017 JB

Fonte: Prefeitura Municipal de Felixlândia, 2017.

Apoio Institucional



Apoio Técnico




Execução



Realização



ANEXO III – TERMO DE COMPROMISSO




Termo de Compromisso
ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Termo de Compromisso que entre si celebram o Município de Felixlândia, a Associação Executiva de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos Peixe Vivo - Agência Peixe Vivo e o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco - CBHSF.

O **Município de Felixlândia**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº 17.695.032/0001-51, com sede na Rua Menino de Deus, 86, Centro, Felixlândia/MG, CEP 35794-000, neste ato representada pelo prefeito, Senhor Vanderli de Carvalho Barbosa, brasileiro, residente à rua Menino Deus, nº 86, bairro Centro, CEP 39237-000, portador da Carteira de Identidade nº MG.3.104.240-CCE/ME do CPF nº 510.596.086-72, conforme ato de posse ora anexo, a **Associação Executiva de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos Peixe Vivo - Agência Peixe Vivo**, associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, entidade delegatária de funções de agência de bacia por meio do Contrato de Gestão nº 014/2010 firmado com a Agência Nacional de Águas - ANA, situada a rua dos Carijós nº 166, 5º andar, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP 30.120-060, CNPJ/MF nº 09.226.288/001-91, representada legalmente pela Senhora **Célia Maria Brandão Fróes**, brasileira, casada, engenheira química, portadora do CPF nº 463.217.646-04, documento de identidade nº M-1.414.806, expedido pela SSP-MG, residente na rua Guaratinga nº 77, Belo Horizonte-MG, e o **Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco**, doravante denominado **CBHSF**, representado pelo seu Presidente **Anivaldo de Miranda Pinto**, portador do CPF nº 264.243.467-53, documento de identidade nº 1478070, expedido pela SSP-AL, residente na rua Machado de Assis, nº 17, Guaxuma, Maceió-AL, resolvem celebrar o presente **Termo de Compromisso** para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), considerando que:

- i- A cobrança pelo uso da água gera recursos para investimentos na própria bacia hidrográfica;
- ii- O Plano de Recursos Hídricos da bacia do rio São Francisco (PBHSF) e o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da bacia do rio São Francisco ordenaram investimentos para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (item II.1.2) na bacia;
- iii- O Ofício Circular de Chamamento Público nº 01/2016 publicado em 11/03/2016, no qual os municípios da bacia foram convidados a se manifestarem;
- iv- A hierarquização dos municípios, após assinatura do Termo de Manifestação de Interesse, mediante critérios de pontuação e avaliação da disponibilidade de recursos para aplicação na bacia do rio São Francisco.



Sujeitando-se, no que couber, às disposições legais e aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir, a Agência Peixe Vivo, a Prefeitura Municipal de Felixlândia e o CBHSF firmam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Compromisso tem por objeto firmar a cooperação entre a Agência Peixe Vivo, o Município de Felixlândia e o CBHSF com vistas à elaboração do seu Plano Municipal de Saneamento Básico, com recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água na bacia hidrográfica do rio São Francisco, a ser licitado, supervisionado e acompanhado pela Agência Peixe Vivo, e apoiado e validado pelo município.

Para a efetivação da contratação do PMSB pela Agência Peixe Vivo, o Município de Felixlândia afirma não possuir PMSB elaborado ou em fase de elaboração que atenda aos princípios da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, e afirma também não dispor de recursos de outras fontes destinados à elaboração do seu PMSB.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I. Compete a Agência Peixe Vivo:

- a) Elaborar o Ato Convocatório e o Termo de Referência para contratação do PMSB;
- b) Acompanhar e supervisionar a entrega dos produtos especificados, dispondo equipe técnica qualificada, em conformidade com as exigências legais, para desenvolvimento dos trabalhos;
- c) Efetuar os pagamentos à contratada, mediante validação dos produtos entregues;
- d) Garantir a operacionalização dos trabalhos até a conclusão da versão final do Plano Municipal de Saneamento Básico.

II. Compete ao Município:

- a) Assinar o presente Termo de Compromisso, assumindo as responsabilidades cabíveis, previamente à contratação do PMSB;
- b) Fornecer suporte técnico e disponibilizar informações e documentação necessárias à adequada execução dos trabalhos;
- c) Indicar técnicos dos órgãos e entidades municipais e dos prestadores de serviços da área de saneamento e de áreas afins ao tema para, em conjunto com a equipe da Agência Peixe Vivo e da empresa contratada, compor o **COMITÊ EXECUTIVO**, instância responsável pela operacionalização do processo de elaboração do PMSB;
- d) Indicar, por meio de Decreto Municipal, um **COMITÊ DE COORDENAÇÃO** do Plano Municipal de Saneamento Básico, instância consultiva e deliberativa responsável pela condução da elaboração do PMSB. Este **COMITÊ** deve ser constituído por representantes das instituições públicas e civis relacionadas ao saneamento, bem como por representantes de organizações da sociedade civil (entidades profissionais, empresariais, movimentos sociais, ONGs), além de representantes

2

dos conselhos municipais, da Câmara de Vereadores, do Ministério Público e outros;

- e) Disponibilizar espaço físico e apoiar a realização das reuniões e consultas públicas previstas;
- f) Apoiar as ações de divulgação de todo o processo de elaboração do Plano.
- g) Envidar esforços para a aprovação do PMSB em forma de Lei Municipal e para a execução das ações de melhorias propostas, após a finalização do Plano.

III. Compete ao CBHSF:

- a) Apoiar as ações de divulgação de todo o processo de elaboração do Plano.
- b) Participar das reuniões de planejamento com as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo da vigência do presente Termo de Compromisso será correspondente à vida útil do objeto do contrato, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser alterado desde que haja concordância entre as partes, o que será feito mediante termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO

Ficam assegurados aos partícipes os direitos de acompanhar toda a execução dos trabalhos desenvolvidos, assim como questionar quaisquer eventualidades que desvirtuem o caráter intrínseco do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Todos os gastos com a execução do objeto avençado ficam a cargo da Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas - Peixe Vivo, estando o Município desonerado com as despesas, exceto aquelas despesas inerentes ao cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso, em especial aquelas contidas na cláusula segunda, inciso II.

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO

O presente Termo poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, através de termos aditivos objetivando o seu aprimoramento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA RENÚNCIA

O presente Termo poderá ser rescindido a qualquer tempo, por denúncia de qualquer dos partícipes, comunicada ao outro, por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias,

3

bem como pela inadimplência de suas cláusulas e condições, independentemente de interpelação.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO


A Prefeitura Municipal de Felixlândia providenciará até o quinto dia útil subsequente à assinatura do presente Termo de Compromisso, a publicação, em forma de extrato, no Diário Oficial competente, em obediência ao parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DO FORO


Para dirimir quaisquer dúvidas durante a vigência deste Termo de Compromisso, fica eleito o Foro da comarca de Belo Horizonte-MG.

E por estarem justos e compromissados com as cláusulas e condições aqui pactuadas, assinam as partes do presente Termo de Compromisso em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo identificadas, para que produzam os necessários efeitos legais.

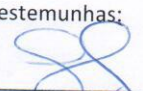
Belo Horizonte, 28 de julho de 2017.



Vanderli de Carvalho Barbosa
Prefeito Municipal de Felixlândia


Célia Maria Brandão Fróes
Diretora Geral da Agência Peixe Vivo


Anivaldo de Miranda Pinto
Presidente do CBHSF

Testemunhas:


Nome: Silvia Friedmann Ruzo Dória
CPF: 85036516-23
RG: MG 194049


Nome: ALESSANDRO SABATINI COSTA
CPF: 893552816
RG: MG 88372

4

Fonte: Agência Peixe Vivo, 2017.

ANEXO IV – LISTA DE PRESEÇA SOLENIDADE DE ASSINATURA DO TERMO DE COMPROMISSO

Lista de Presença da Reunião de Assinatura do Termo de Compromisso



Realização



Apoio Técnico



Execução

Município: Belo Horizonte- MG

Data: 28/07/2017

Local: Auditório da COPASA

Assunto: Assinatura do Termo de Compromisso para a “Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico”, entre o CBHSF, Agência de Águas Peixe Vivo e as Prefeituras Municipais de Piedade dos Gerais, Piracema, Serra da Saudade, Felixlândia e São José da Lapa.

Autoridades Presentes

Nome	Cargo	Assinatura
Demsonho Gabriel Costa	Secretário Ld. CBHSF	
Ricardo Costa Oliveira	Sec. CBHSF I	
Ronaldinho Freitas de Jesus	CODEMA -	
ANTONIO OSMAR SILVA	PREFEITO Piracema	
ADRIANO ALVES RIBEIRO	COPASA.	
VANDERLI CARVALHO	PREFEITO Felixlândia	
SERGIO RODRIGUES ANDRADE	VENÇADOR PIRACEMA	
ALTONO R. NETO	CBHSF 4	
Adriane P. R. Guedes	CBHSF 4	
Roberto Soares Nogueira	CBHI PARA/CCRASF	
SERGIO ABUCATER	FUNASA - SUTEMA	
Mariana D. Martins	comunicação. CBHSF	
Christiny S. Amaral	Super. Saneamento Básico/SECIB	
Celia Freitas	Diretora geral AGB/PV.	
ALBERTO SIMON SCHWARTZMAN	Diretor Técnico AGB/PV	
Sandra M. S. Andrade	CBHSF	
Demys Fernando eulderes	Engenheiro Civil	
Ribeiro José Lourenço	Sec. Agricultura e Meio Ambiente	
ROGERIO MENDES DA COSTA	PREFEITO	
Suzelaine Fedelis Ruante	Analista ambiental/DVAA/COPASA	
Fernanda Maria de Souza	Analista Meio Ambiente COPASA	
Glauber de Brito Cordeiro	Gerente DVAA	
Maria Cristina Viana	Analista	
REGINA GRECO	Presidente Comitê Rio Paraí	
Sela Christina dos Santos	Pro Bras	
Rui José de Castro	Chefe de Linhas	



ANEXO V – ATA DA SOLENIDADE DE ASSINATURA DO TERMO DE COMPROMISSO

Ata da Reunião de Assinatura do Termo de Compromisso



Município: Belo Horizonte- MG

Data: 28/07/2017

Local: Auditório da COPASA

Assunto: Assinatura do Termo de Compromisso para a “Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico”, entre o CBHSF, Agência de Águas Peixe Vivo e as Prefeituras Municipais de Piedade dos Gerais, Piracema, Serra da Saudade, Felixlândia e São José da Lapa.

Aos vinte e oito dias, do mês de julho de 2017, reuniram-se no auditório da Companhia de Saneamento Básico de Minas Gerais - Copasa, em Belo Horizonte, os representantes do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF, representantes da Agência de Bacia Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo; representantes da Copasa; os gestores e representantes dos municípios: Felixlândia, Piedade dos Gerais, Piracema, São José da Lapa e Serra da Saudade. Além dos técnicos da PROBRAS Empreendimentos Sustentáveis, sendo esta a empresa responsável pela execução do PMSB, dos municípios supra citados. A reunião teve início às quatorze horas e trinta minutos, sendo a palavra dirigida ao Senhor Alessandro Postar, Secretário Geral do Comitê de Bacia - CBHSF, que enfatizou a importância da bacia do Rio São Francisco e sobre o termo de compromisso entre os municípios e o CBHSF para a elaboração do PMSB. Em seguida a Senhora Silvia Freedman coordenadora da CCR Alto São Francisco, discursou sobre o comitê de bacia, sua atuação na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, falou sobre o termo de compromisso e orientou aos gestores dos municípios sobre a importância da participação e o acompanhamento na elaboração do PMSB. Após o discurso da Senhora Silvia, a palavra foi dada à diretora geral da AGB Peixe Vivo, Senhora Pêlica Maria Froes, que destacou sobre as ações da AGB Peixe Vivo e sobre a assinatura do Termo de Compromisso. Em seguida os prefeitos Rogério Mendes da Postar e Vanderli de Carvalho Barbosa, gestores dos respectivos municípios: Piedade dos Gerais e Felixlândia, discursaram sobre seus municípios.



Ata da Reunião de Assinatura do Termo de Compromisso



Município: Belo Horizonte- MG

Data: 28/07/2017

Local: Auditório da COPASA

Assunto: Assinatura do Termo de Compromisso para a "Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico", entre o CBHSF, Agência de Águas Peixe Vivo e as Prefeituras Municipais de Piedade dos Gerais, Piracema, Serra da Saudade, Felixlândia e São José da Lapa.

que estão inseridas na bacia hidrográfica do Rio São Francisco e destacaram a contemplação para elaboração do PMSB. A reunião também contou com a presença do Senhor Francisco Sérgio Albuquerque, representante da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, que reforçou o papel da Funasa para os municípios mineiros e contextualizou a importância do PMSB para os municípios. Em seguida os técnicos da PROBRAS a Engenheira Civil Vera Christina Vaz Langa e o Engenheiro Civil Marle José Ferrari, fizeram uma breve apresentação sobre o PMSB e sobre a história da PROBRAS. Após a apresentação os gestores dos municípios, representantes da AGB Peixe Vivo, CBHSF e Probras, realizaram a assinatura do Termo de Compromisso para a elaboração do "Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB", entre CBHSF, AGB Peixe Vivo e os municípios de Felixlândia, Piedade dos Gerais, Piracema, São José da Lapa e Serra da Saudade. A reunião encerrou as dezesseis horas. Nada mais havendo a se tratar, foi lavrada a presente ata, por mim, Emiliane Gomes Trigo, analista de meio ambiente, representante da empresa PROBRAS Empreendimentos Sustentáveis.

Fonte: Autor, 2017.

Apoio Institucional



Apoio Técnico



Execução



Realização



ANEXO VI - REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DO PMSB

Ata de Mobilização Social

Plano Municipal de Saneamento Básico

Cidade: Felixlândia Data: 05/09/2014
 Local: Secretaria Municipal de Educação.
 Assunto: Reunião de Apresentação do PMSB para o Grupo de Trabalho

Participantes

Nome	Cargo	Assinatura
Ricardo de Matos Noboa	Diário Tec	Ricardo de Matos Noboa
Murilo de Paula Cunha	PRO BRAS	Murilo de Paula Cunha
Emiliane Gomes Tracino	PRO BRAS	Emiliane
Rosilene Ferreira Lima	PRO BRAS	Rosilene
Luiz Carlos Pereira	Setor Meio Ambiente	Luiz Carlos
Adriane A. R. Guedes	CBHSF 04 Entorno da Rep. de três Marias	Adriane
Andarae de Castro Barbosa	chefe de Dep. Educação	Andarae
Waldemar P. Xavier	COPASA	Waldemar
Wendington Bezerra da Silva	PM Felixlândia	Wendington
MOLIANO ALVES RIBEIRO	COPASA	Moliano
Elediane Gomes Ribeiro	ACS	Elediane
Fabíula Souza de Araújo		Fabíula
Paulo Gustavo L. Moreira	PM DP de obras	Paulo
Karise Apolinário		Karise
Aparecida Simões da Silva	ACS	Aparecida
Bianca Bidi Elias Gondra		Bianca
Luciana Leandra Fernandes	Enfermeira	Luciana
Vaniane Souza Guiricema	PM Assistência Social	Vaniane
Gabriela Tristão Borges Gonçalves		Gabriela
Juliana Rosa da Silva		Juliana
Christine Aparecida de Freitas	ACS	Christine
Lauriane Lima de Oliveira		Lauriane
Marina Gomes Mergulhão	ACS	Marina

Lássia Lemos Elias Coordenadora APS ~~Alles~~
 Luciane Cristina Braz CDES
 Rosa Amélia Guimarães da Silva ACS
 Laquel Gonçalves Barbosa Soares - Secretária adjunta Saúde
 Carol Palota Ribeiro - ACS
 Simone Gonçalves Melo ACS
 Feliane Barbosa de Moura ACS
 Maria Luciana Mendes ACS
 Jéssica Soares Lopes ACS
 Adriana Lúcia de Melo ACS
 Rosiane Alles da Silva ACS
 Milton Geraldo da Silva: - Coordenador de Departamento de Saúde
 Andréia Mendes de Souza - Engenheira
 Elza Helena Kippen Taranto - chefe Deptº Ação Comunitária P.M.F.
 Patrícia da Silva Leite - ACS
 Juliana Mendes dos Santos ACS
 Rosâmnia G. Almeida ACS

Aos cinco dias de setembro de dois mil e dezessete, às 15 horas, reuniram-se na Secretaria de Educação de Felixlândia os representantes do Grupo de Trabalho "GT - PMSB", Comitê de Bacia Hidrográfica de Rio São Francisco, COPAS, funcionários da Prefeitura, agentes de saúde e a equipe da PROBRAS, com intuito de apresentar o PMSB e iniciar as discussões para a elaboração do plano.

Os presentes relataram suas dúvidas e levantaram pontos importantes a respeito do abastecimento de água e manejo dos resíduos sólidos. A reunião deu por encerrada às 16 horas e 40 minutos.

Fonte: Autor, 2017.